

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CAMPUS LITORAL NORTE  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AMANDA SIQUEIRA DA SILVA

**A ESCOLA E O BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO DOS DOCENTES DE  
UMA ESCOLA PÚBLICA**

Tramandaí  
2023

AMANDA SIQUEIRA DA SILVA

**A ESCOLA E O BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO DOS DOCENTES DE  
UMA ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho apresentado como pré-requisito para a Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia EAD pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, campus Litoral Norte. Realizado sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisete Enir Bernardi Garcia e co-orientação do Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva.

Tramandaí

2023

A Ficha Catalográfica pode ser gerada pelo formulário:

<https://sabi.ufrgs.br/servicos/publicoBC/ficha.php>

Caso seu curso não conste no formulário, você pode usar o modelo abaixo; basta inserir as informações do seu trabalho nos trechos com destaque amarelo e depois remover o destaque amarelo.

Dúvidas? Contate-nos pelo email bibcln @ufrgs.br ou pelo fone/Whats (51) 3308-1306

### CIP – Catalogação na Publicação

SILVA, Amanda Siqueira da

A Escola e o Bolsa Família: a visão dos docentes de uma Escola Pública/  
Amanda Siqueira da Silva. -- 2022.

60 f.

Orientador: Elisete Enir Bernardi Garcia.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Licenciatura em  
Pedagogia, Tramandaí, BR-RS, 2022.

1. Bolsa Família. 2. Escola Pública. 3. Educação. I. GARCIA, Elisete Enir  
Bernardi, orient. II. Título.

AMANDA SIQUEIRA DA SILVA

**A ESCOLA E O BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO DOS DOCENTES DE  
UMA ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisete Enir Bernardi Garcia e co-orientação do Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva.

Data de aprovação: 24 de janeiro de 2023

Banca examinadora

---

Prof. Me. Tiane Fernanda de Aguiar  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dra. Valéria Viana Labrea  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho às minhas sobrinhas: Ana Clara Schneider, Fabiana Siqueira Beheregaray, Júlia Siqueira Geraldo, Sarah Sofia Schneider, Maria Eduarda Pereira Espíndola e Betina Pereira Espíndola, assim como aos meus alunos que muito contribuem para que eu compreenda que sou ser inacabado e que preciso seguir aprendendo e me atualizando.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa pôde se desenvolver graças à Escola Pública Estadual – Capão da Porteira/Viamão – RS, que permitiu buscar informações sobre os estudantes, o recebimento do benefício social Bolsa Família e acesso ao quadro de docentes da escola. Agradeço aos docentes que responderam o questionário da pesquisa com dedicação.

Agradeço aos professores que estiveram à frente do curso Licenciatura Pedagogia EaD – UFRGS, pois além de compartilharem conhecimentos, semearam o desejo de lutar por uma Educação pública e de qualidade, onde a esperança se fortaleceu e reforçou a boniteza da prática educativa, como nos apresentou Paulo Freire.

Ainda é preciso agradecer a generosidade da minha orientadora professora Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia que foi fundamental na elaboração do tema de pesquisa, assim como sempre com sábias colocações neste processo e a paciência ao longo da escrita. Também é preciso ressaltar minha gratidão ao meu co-orientador da pesquisa o Prof<sup>o</sup> Dr Paulo Sérgio da Silva, que sempre teve um sorriso acolhedor diante das dúvidas e leveza ao realizar os apontamentos necessários. Muito obrigada!

Por fim, minha eterna gratidão à minha mãe Vanilde Teixeira de Siqueira, pois sem ela, nenhum dos meus projetos e sonhos seriam concretizados, pois além de me dar a vida, segue sendo minha companheira, incentivadora, assim como meu exemplo de resiliência e resistência.

[...] percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo. [...] minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere (FREIRE, 2021, p. 53).

## RESUMO

O programa social Bolsa Família (PBF) desempenhou importante papel na sociedade brasileira, atuando como garantidor do direito de crianças e adolescentes de estarem e permanecerem na escola, assim como a possibilidade de diminuir a desigualdade social existente no Brasil. Entretanto, não há muitos dados que demonstrem como os professores e a própria escola tematizam pedagogicamente tal programa governamental. Evidenciamos que este programa não é um tema constante na área da Educação, na proporção que deveria ser, sendo objeto de pesquisa em cursos voltados para as Ciências Econômicas, Ciências Sociais e em até mesmo, cursos da área de Administração. Com isso, objetiva-se analisar a visão dos docentes de uma escola pública sobre o PBF e como este é percebido pedagogicamente pelos educadores. Para esta pesquisa foi utilizada a revisão de literatura existente, assim como pesquisa de campo através de um questionário respondido pelos professores da escola e para análise das respostas, a metodologia de temas geradores a partir da concepção de Paulo Freire. Utilizou-se de questões realizadas aos professores da escola pública sobre o que conhecem sobre o programa; sobre como percebem a relação entre o PBF e a aprendizagem, ou ainda se conseguem visualizar as contribuições deste para a qualidade social da educação. O estudo evidenciou que a percepção do grupo é heterogênea, o que demonstra a importância de tematizar tal tema com os professores, já que em algumas análises foi possível evidenciar preconceitos em relação ao programa que assiste um número razoável de estudantes e que de acordo com estudos realizados até então, contribuiu para melhorias nos índices educacionais.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Escola Pública. Educação. Aprendizagem.



## **ABSTRACT**

The Bolsa Família (PBF) social program played an important role in Brazilian society, acting as a guarantor of the right of children and adolescents to be and remain in school, as well as the possibility of reducing the social inequality existing in Brazil. However, there is not much data that demonstrates how teachers and the school itself pedagogically deal with such a government program. We showed that this program is not a constant theme in the area of Education, in the proportion that it should be, being the object of research in courses focused on Economic Sciences, Social Sciences and even courses in the area of Administration. With this, the objective is to analyze the view of teachers from a public school on the PBF and how it is pedagogically perceived by educators. For this research through a questionnaire that will be answered by the school's teachers and for the analysis of the answers, the methodology of generating themes will be put into practice from the conception of Paulo Freire. The study used questions asked public school teachers about what they know about the program; on how they perceive a relationship between the PBF and learning, or even if they are able to visualize its contributions to the social quality of education. The study showed that the group's perception is heterogeneous, which demonstrates the importance of discussing this theme with the teachers, since in some analyzes it was possible to evidence prejudices in relation to the program that assists a reasonable number of students and that, according to studies carried out so far, contributed to improvements in educational indices.

**Keywords:** Family Bag. Public School. Education. Learning.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil Geral dos Entrevistados .....	36
Quadro 2 – O PBF e os Estudantes na Escola .....	41
Quadro 3 – O PBF e as Demandas Educacionais .....	43
Quadro 4 – O PBF e a Alimentação .....	46
Quadro 5 – Contribuições do PBF para uma Qualidade Social da Educação.....	52

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos Entrevistados.....	37
Gráfico 2 – Gênero dos Entrevistados.....	38
Gráfico 3 – Raça dos Entrevistados.....	38
Gráfico 4 - Percepção sobre o PBF.....	40
Gráfico 5 - O PBF e os Usos pelos Beneficiários.....	46
Gráfico 6 - O PBF e a Aprendizagem.....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação Estadual
SME	Secretaria Municipal de Educação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PBF	Programa Bolsa Família

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE O TEMA</b> .....	19
<b>2.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O PBF</b> .....	19
<b>2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	21
<b>2.3 A ESCOLA PÚBLICA</b> .....	23
<b>3 HISTÓRIA DO BOLSA FAMÍLIA</b> .....	26
<b>3.1 COMO SURTIU O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b> .....	26
<b>3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA</b> .....	30
<b>4 O QUE PENSAM OS PROFESSORES</b> .....	34
<b>4.1 APRESENTAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTAS</b> .....	34
<b>4.2 TEMA GERADOR DO PBF: "IMPORTANTE"</b> .....	39
<b>4.3 TEMA GERADOR DO PBF: "CRIANÇA ALIMENTADA ESTÁ APTA A APRENDER</b> .....	45
<b>4.4 TEMA GERADOR DO PBF: "APRENDIZAGENS E O PROGRAMA"</b> .....	49
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	55
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58
<b>ANEXOS</b> .....	62

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos colonizadores portugueses no Brasil, tivemos a constituição de uma terra de exploração, num primeiro momento de matérias-primas, na sequência da mão-de-obra indígena e africana e com o passar dos séculos, do próprio povo brasileiro. Quando surgiram as primeiras escolas, estas eram voltadas para as elites, já que os mais pobres deveriam ser mão-de-obra e deste modo, não tinham necessidade de obter conhecimentos.

A discriminação social é uma das características do nosso país e quando os mais pobres puderam ter acesso à educação, não havia uma cultura, e compreensão da importância da escola, assim como condições econômicas para frequentar a escola e até mesmo impossibilidade devido às distâncias, o que levava a uma baixa frequência escolar e um índice alto de evasão. Natália Gil nos aponta que foi a elite brasileira que “se auto-instituí na função de organizar a nação por via da escolarização” (GIL, 2018, p.12), de modo que por muito tempo, as escolas foram ocupadas por aqueles que detinham o poder econômico e até mesmo político, já que viam na escolarização um instrumento importante, inclusive de separação social.

Pierre Bourdieu nos aponta que o modelo escolar que conhecemos tende a exercer a função de conservação do *status quo* social, já que a forma como se dá o processo de aprendizagem garante a manutenção das desigualdades sociais, nas palavras deste, “sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2007, p.41), as ferramentas de avaliação, a organização dos currículos, a organização familiar dos estudantes, entre outros aspectos fortalecem a estrutura do modelo educacional.

Ao analisar as desigualdades frente à escola e à cultura, Bourdieu apresenta a ação do privilégio cultural, que se colocou como um determinante na experiência escolar, assim como para o bom resultado nesta, já que o sujeito faz parte de uma totalidade e ao adentrar na escola, traz consigo uma história, uma realidade a que pertence.

[...] A ação do privilégio cultural só é percebida, na maior parte das vezes, sob suas formas mais grosseiras, isto é, como recomendações ou relações, ajuda no trabalho escolar ou ensino suplementar, informação sobre o sistema de ensino e perspectivas profissionais. Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao

capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 2007, p. 41-42).

Assim sendo, a necessidade de programas governamentais voltados para os mais pobres é fundamental para diminuir esta ação do privilégio cultural que Bourdieu nos fala e garantir acesso e permanência na escola daqueles que compõe a cultura popular. A escola deve ser o espaço para o diferente, o espaço onde distintos currículos apareçam e contribuam para romper estruturas organizadas pelos grupos que detém o poder cultural, político e econômico. A escola deve contribuir para “desenvolver em todos os membros da sociedade, sem distinção, a aptidão para as práticas culturais que a sociedade considera mais nobres” (BOURDIEU, 2007, p. 62).

Para que a escola consiga concretizar sua função, é preciso instrumentos que auxiliem neste processo, como a construção de programas governamentais, que contribuam para fazer frente a problemas sociais, com ações específicas para uma modificação social. A construção de uma política pública é complexa, envolve diferentes atores e que para avaliarmos se esta se concretizou é preciso analisar os impactos desta na área/setor a qual foi planejada e se os objetivos são modificações por determinado período ou de caráter permanente. De acordo com Júlia Rosa encontramos diferentes conceitos para políticas públicas e estas são importantes, pois promovem mudanças sociais:

[...] as políticas são instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida. Nesta conotação, ganha saliência: (a) o caráter deliberado dos processos de construção da ação, devido à intenção de lidar com um problema social; (b) a pretensão do fim almejado: a mudança social (ROSA, 2021, p. 13).

O acesso à Educação no Brasil é um direito constitucional, entretanto, muitos não conseguem permanecer na escola e/ou ainda concluir a educação básica. Os fatores que levam ao abandono escolar são variados, porém o pertencimento à determinada classe social, é um dos determinantes. Um país que almeja se desenvolver, dentre os inúmeros aspectos que precisa dar conta, deve apresentar indicadores educacionais elevados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Ao falarmos em indicadores educacionais elevados, falamos em acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes na Educação Básica. Conforme o MEC, os indicadores são “capazes

Assim sendo, a necessidade de índices educacionais elevados no Brasil, levou a construção de programas governamentais voltados à efetivação do artigo 205 da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>, tendo o programa social Bolsa Família (PBF), como um dos mais importantes e impactantes programas de distribuição de renda e contribuição para o desenvolvimento educacional no país, surgindo para “ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série” (CAMPELLO, 2013, p. 15).

O PBF contribuiu nas últimas décadas para o acesso e manutenção de milhares de crianças na escola, já que uma das contrapartidas para ser beneficiária deste, era a matrícula e frequência destas crianças e adolescentes em escolas de educação básica. Diversos dados e pesquisas apontam que o PBF teve papel relevante para a construção social de sujeitos sociais. Assim sendo, analisar a visão dos docentes de uma escola pública sobre o PBF e como este é percebido pedagogicamente pelos educadores se faz necessário para refletir sobre as reais contribuições deste programa social à educação.

Com o advento da pandemia de Covid-19, houve a necessidade da educação se readequar e lançar um olhar mais delicado sobre a situação financeira das famílias que fazem parte da Escola Pública. Isso fez com que me debruçasse sobre a significância do PBF perante os recebedores e também sobre as contrapartidas que a escola recebe devido ao número de estudantes beneficiários na tentativa de compreender o que os professores da escola sabem e pensam a respeito dessa temática.

Analisar como os professores compreendem o PBF e a importância social deste para a comunidade na qual a escola está inserida, se faz significativo para verificar a vinculação do programa com a educação, já que este, como apontado

---

de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas, os Indicadores Educacionais do Censo Escolar permitem conhecer não apenas o desempenho dos alunos, mas também o contexto socioeconômico e as condições de em que se dá o processo ensino-aprendizagem no qual os resultados foram obtidos. Os indicadores são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando **o acesso, a permanência e a aprendizagem** de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola” (MEC, 2022, grifos da autora).

<sup>2</sup>**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



anteriormente, contribuiu desde o seu lançamento para a elevação dos indicadores educacionais do país.

O PBF<sup>3</sup> foi criado no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a partir da junção de outros programas sociais existentes: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale-Gás e o Cartão Alimentação. A intencionalidade da proposta era o desenvolvimento social e o combate à fome, se tornando uma importante política pública garantidora do acesso à educação pelas camadas sociais mais pobres, já que para que as famílias com crianças em idade escolar acessassem o Programa, um dos requisitos era a matrícula e a frequência escolar<sup>4</sup>.

O direito à educação é para todos, entretanto, diversos são os motivos que levam à evasão escolar, especialmente quando falamos em regiões consideradas mais pobres e os sujeitos nelas inseridos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>5</sup> sinalizavam em 2016 que 45,8 milhões de brasileiros eram assistidos pelo Bolsa Família, sendo a maior parcela no Estado do Ceará, que nos últimos anos apresentou elevação nos índices educacionais, comprovando que a atuação deste programa contribuiu para emancipar sujeitos com a garantia do direito à educação.

Assim sendo, objetiva-se compreender qual a visão dos professores da escola pública sobre o PBF e a escola, já que há um número razoável de estudantes matriculados e contemplados pelo programa social, observando através de entrevistas: se há observância, por parte dos educadores sobre relação entre o PBF e a aprendizagem dos estudantes; em quais aspectos os professores percebem as contribuições deste programa para a frequência e permanência dos estudantes na escola e se enxergam contribuições do PBF para uma qualidade social da educação.

Inicialmente foi possível constatar que a Pedagogia, por vezes, se distancia das questões sociais, pois ao mapear pesquisas existentes no repositório da universidade, não encontrei trabalhos que tratam desta temática nos trabalhos de conclusão do Curso de Pedagogia. Entretanto, observei que cursos como Ciências

---

<sup>3</sup>No governo Bolsonaro foi substituído pelo Auxílio Brasil.

<sup>4</sup>A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no Art. 3º traz que “a concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidade relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento”.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html>.

Econômicas, Ciências Sociais e Administração têm observado o impacto deste programa no aproveitamento escolar dos estudantes, assim como análises dos objetivos do programa e o sucesso deste nos índices educacionais.

Também identifiquei inicialmente que há preconceitos sobre o PBF devido à falta de estudos que demonstrem a importância deste programa social dentro da escola pública. Assim, este estudo vem colaborar para uma reflexão sobre a necessidade de tematizar o PBF na escola contribuindo para desfazer os preconceitos existentes e falsamente difundidos na sociedade, colaborando para que os professores percebam este ou qualquer outro programa social como aliados importantes na manutenção e frequência do estudante na escola, o que resultará em efetiva contribuição para a concretização do direito e acesso à Educação e a consequente melhoria da qualidade de ensino brasileiro.

## **2 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE O TEMA**

Neste capítulo iremos analisar o que apontam as pesquisas relacionadas ao Programa Bolsa Família até então realizadas, assim como quais áreas do conhecimento tem se debruçado sobre tal temática e quais constatações foram se apresentaram.

### **2.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O PBF**

Desde a chegada dos portugueses no território brasileiro, o país foi sendo construído na exploração e desigualdade entre os sujeitos. Conforme observamos nossa trajetória histórica, é nítida a exclusão de diversos grupos sociais, entretanto, sabemos que a Constituição Federal de 1988 foi inovadora, pois pensou em todos, consagrando-se como a Constituição Cidadã e trazendo no seu texto a garantia da dignidade da pessoa humana, assim como a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e aponta ainda para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais. Para que possa haver o fim da pobreza e conseqüentemente, a redução das desigualdades sociais, é preciso a promoção de uma série de ações políticas por parte do Estado Brasileiro.

O programa Bolsa Família foi o maior programa social de transferência de renda da história do Brasil, refletindo na área da saúde, educação e assistência social, sendo por consequência objeto de estudo das diferentes áreas do conhecimento. Encontramos pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento, como nas Ciências Econômicas, na Assistência Social, no Direito, na Administração, nas Ciências Sociais, entre outras.

Os estudos existentes sobre o PBF apontam que este alcançou o objetivo principal: amenizar o grave problema da fome, que atingia há décadas uma parcela significativa da população brasileira<sup>6</sup>. Na dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara, Leila Bischoff

---

<sup>6</sup>Dados do Ipea demonstram os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade nos primeiros quinze anos deste. Pode-se verificar em: SILVA, T. F. (Org.). **Bolsa Família 15 anos (2003-2018)**. Brasília: ENAP, 2018.

(2015) analisou os impactos causados pelo PBF na vida das famílias beneficiárias na cidade de Taquara, RS, apontando que ocorreu superação da pobreza, a partir de indicadores sociais que demonstraram melhorias, é possível identificar êxito no programa, porém este é paliativo e não acaba com a desigualdade social e econômica existente.

Por ser um programa multisetorial o PBF refletiu em outros setores da vida dos beneficiários, como na Educação, pois um dos pré-requisitos para ser beneficiário deste, era a manutenção e frequência das crianças e adolescentes na escola. Guilherme Camini, no trabalho de conclusão de curso na faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, intitulado Programa Bolsa Família e seus impactos na Educação (2021) aponta que o programa obteve sucesso no aumento da frequência escolar, assim como no número de matrículas nas escolas, uma diminuição da evasão escolar e redução da distorção da idade-série.

Rogério Bartz (2015) pesquisou sobre o impacto provocado pelo PBF no aproveitamento escolar dos estudantes do ensino fundamental na cidade de Pinheiro Machado, RS, para a obtenção do título em especialista em Gestão Pública e concluiu que o PBF impactou positivamente, sendo uma importante ferramenta para a inclusão social indo ao encontro de outras pesquisas que defendem o PBF como importante aliado da Educação no Brasil, no sentido de acesso e manutenção das classes mais pobres.

Quando falamos em educação, os resultados não são imediatos, refletem a longo prazo e como apontado anteriormente, as condicionalidades de recebimento do PBF tiveram esta ação na Educação, já que foi possível verificar que nos últimos anos, a evasão escolar diminuiu, assim como a frequência escolar e número de matrículas tiveram um aumento significativo. Entretanto, sabemos que a Educação para todos, inclusiva e de qualidade não depende de um programa social, já que há a necessidade de diversos investimentos para isso.

Os resultados atribuídos ao Programa Bolsa Família apontam para impactos positivos na sociedade e na economia. Produtos e serviços movimentam o consumo e o mercado; maior número de crianças frequentam as escolas, diminuindo a evasão escolar; têm a saúde preservada, assim como gestantes e nutrízes encontram amparo na saúde e social. Quanto mais inclusiva a educação, maior a possibilidade de melhoria da renda (BISCHOFF, 2015, p. 97).

Analisando as pesquisas selecionadas pelos descritores é possível apontar certa melhoria na vida das pessoas beneficiárias do PBF, já que estas saíram da situação de miséria e fome, usufruindo dos espaços de saúde pública, como também a garantia de acesso à escola e manutenção nesta.

Ao observarmos os diferentes trabalhos sobre o PBF é notório o sucesso deste enquanto garantidor de frequência escolar, redução de evasão escolar e distorção de idade série, entretanto, são limitadas as pesquisas sobre os impactos do programa na qualidade da educação no país.

A revisão da produção acadêmica foi realizada no Repositório Digital da UFRGS – LUME. O recorte do período da pesquisa foi a data de criação do PBF em 2003 até 2021, data que o programa teve seu nome modificado para Auxílio Brasil. Utilizando a palavra-chave Bolsa Família foram localizados 4.003 trabalhos, sendo 3.269 trabalhos de conclusão de curso. Ao verificar dissertações e teses que tratam sobre essa temática o número também é bastante elevado, o que demonstra o impacto desse programa social na sociedade brasileira e as diferentes análises que este possibilita, nas diversas áreas do conhecimento.

## **2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Para a realização desta pesquisa inicialmente foi preciso se debruçar sobre a literatura existente sobre o tema, diversos artigos analisam brevemente os reflexos do tema, assim como uma vasta produção acadêmica. Ainda foi necessário analisar a trajetória histórica do nosso país e o processo de consolidação do estado das coisas como verificamos. Foi realizado um questionário com os docentes de uma Escola Pública Estadual, apenas os professores que atuam em sala de aula foram convidados a responder a pesquisa, sendo excluídos os professores que atuam na gestão escolar, pois acredito que os gestores da escola percebem a importância do PBF já que realizam o controle das chamadas, das verbas escolares etc.

Ao todo foram devolvidos 21 questionários, apenas 2 professores não devolveram a pesquisa. O questionário foi composto por 10 itens a serem preenchidos, conforme apêndice: os primeiros 5 itens objetivaram identificar e conhecer o entrevistado; os demais 5 eram perguntas específicas sobre o PBF. E

ainda, buscou-se na secretaria da escola, o número de estudantes matriculados, assim como os beneficiários do PBF<sup>7</sup>, como é realizado o controle do município sobre o cumprimento dos requisitos dos recebedores do PBF e para onde são remetidas as informações sobre os beneficiários e sua frequência escolar.

A opção de entrega de um questionário impresso para os professores objetivou conseguir ter um retorno, já que a rotina de um professor é atribulada e a possibilidade de não conseguir receber os questionários respondidos era concreta. Para análise das respostas, organizaram-se temas geradores a partir da concepção freiriana, para assim podermos identificar o que pensam os professores.

A investigação temática, que se dá no domínio do humano e não no das coisas, não pode reduzir-se a um ato mecânico. Sendo processo de busca, de conhecimento, por isto tudo, de criação, exige de seus sujeitos que vão descobrindo, no encadeamento dos temas significativos, a interpenetração dos problemas (FREIRE, 2020, p.139).

Compreender o que pensam os professores de uma escola pública sobre o PBF a partir de questões até então impensadas por estes demonstra a necessidade de tematizar os programas sociais dentro da escola, até mesmo para a apropriação sobre a comunidade a qual está inserido este educador.

Balduíno Andreola (1993) afirma que a metodologia dos temas geradores é originariamente interdisciplinar, alimentada pela essencial dialogicidade que dialetiza a produção do conhecimento desde a suas raízes mais originárias. De acordo com Freire, o objetivo não é investigar "os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão de mundo" (FREIRE, 2020, p. 122).

Parafraseando Freire estes temas se chamam geradores, pois qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contém em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas. Ao verificar o que pensam os professores de uma escola pública sobre o PBF, inúmeras são as análises possíveis, assim como as possibilidades de intervenção e reflexão com eles.

---

<sup>7</sup>Desde o início do ano de 2022 o Programa Bolsa Família passou a ser denominado de Auxílio Brasil, pós-pandemia Covid-19 o governo remodelou o programa, definindo novos valores até o final de 2022. Entretanto, mesmo com a modificação do nome do Programa e vinculação ministerial, na escola, todos denominam este de PBF.

[...] a investigação do tema gerador, que se encontra contido “no universo temático mínimo” (os temas geradores em interação), se realizada por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo (FREIRE, 2020, p. 134).

### O pesquisador durante o processo

[...] da investigação, detectar o ponto de partida dos homens no seu modo de visualizar a objetividade, verificando se, durante o processo, se observou ou não alguma transformação no seu modo de perceber a realidade. A realidade objetiva continua a mesma. Se a percepção dela variou no fluxo da investigação, isto não significa prejudicar em nada sua validade. A temática significativa aparece, de qualquer maneira, com o seu conjunto de dúvidas, de anseios, de esperanças (FREIRE, 2020, p. 137-138).

Assim sendo, ao final são possíveis novas percepções sobre o objeto de pesquisa, pois diferentes aspectos são apresentados, já que são olhares distintos ou ainda semelhantes na investigação. Para a construção dos temas geradores, optou-se por identificar as semelhanças nos apontamentos dos docentes, de modo que os conceitos ou ainda os pensamentos se assemelhavam e/ou complementavam, elaboraram-se os temas.

## 2.3 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA PÚBLICA DA PESQUISA

A Escola pública está situada na área rural do município de Viamão, no bairro Capão da Porteira. A cidade de Viamão faz parte da região metropolitana e por ser um município de grandes dimensões geográficas, apresenta vastas áreas rurais. A região onde a escola está localizada apresenta grandes produtores de arroz, assim como fazendas de produção de azeite de oliva, produção de soja e milho. Ainda encontramos nesta grande região rural um Assentamento do Movimento Sem-Terra – Filhos de Sepé – e dois Quilombos – o Quilombo Peixoto dos Botinhas e o Quilombo Cantão das Lombas.

Fundada em 29 de dezembro de 1944 a partir da doação de um terreno, prédio e materiais escolares, têm como filosofia que “a escola é um espaço de informação e formação, em que a aprendizagem de conhecimentos favorece a inserção do estudante no dia a dia das questões sociais marcantes e em um

universo cultural maior”<sup>8</sup>. A escola pertence a 28ª Coordenadoria de Educação Estadual, tendo atualmente 562 estudantes, divididos nas diferentes etapas da modalidade de ensino: Educação Infantil (parceria entre a Seduc RS e a SME Viamão, já que é uma sala anexa de uma das escolas municipais), Ensino Fundamental (Anos Iniciais no turno da manhã e Anos Finais no turno da tarde), Ensino Médio (turno da manhã) e Educação de Jovens e Adultos (modalidade Médio, turno noite), assim como 30 professores (nomeados e contratados) e 9 funcionários (sendo 2 destes de empresas terceirizadas).

A gestão da escola é composta por uma diretora e três vice-diretoras que atuam de acordo com o turno a qual foram eleitas na chapa. Ainda há dois supervisores, sendo um responsável pelo Ensino Médio e outro responsável pelo Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Encontramos duas orientadoras de ensino que atuam com o ensino fundamental e médio. Atualmente a escola acompanha o desempenho dos estudantes bimestralmente, conforme orientação da SEDUC-RS.

Ao verificarmos os resultados da escola<sup>9</sup> nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – observamos que a meta para o ano de 2021 foi alcançada no ensino fundamental anos iniciais, onde os estudantes obtiveram a nota 6,8 e tendo como resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – a nota final 6,1. Entretanto os resultados no ensino fundamental anos finais não alcançaram a meta, já que na avaliação do SAEB a nota final foi 5,24 e no IDEB foi 5,1 (sendo que a meta era 5,5). Os resultados do ensino médio não foram calculados, pois não foi obtido o número necessário de estudantes para a realização da avaliação<sup>10</sup>.

O quadro de professores que atuam na escola apresenta formação no Ensino Superior completo, tendo licenciatura plena nas suas respectivas áreas, ainda encontramos alguns com curso normal, outros têm especialização e em número menor, mestrado. Os professores que possuem carga horária maior na escola – 40h

---

<sup>8</sup>A filosofia da escola está descrita no Projeto Político Pedagógico, que está sendo atualizado, conforme solicitação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

<sup>9</sup>Os resultados apresentados acima foram publicados em 15 de setembro de 2022 às 10h32 e atualizados em 16 de setembro de 2022 às 10h15 na página do Ministério da Educação, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep.

<sup>10</sup>As escolas que não tiveram o Ideb 2021 calculado, entre os possíveis fatores, o que a escola se enquadra, é não ter obtido o número de estudantes participantes: **80% dos estudantes matriculados na etapa avaliativa**, conforme Portaria nº 399, de 2 de setembro de 2022.



– atuam em áreas afins, já que existe uma baixa demanda de professores na rede estadual, assim como em algumas áreas específicas, de modo que nas áreas afins, não é preciso formação específica.

A escola é referência no Ensino Médio, onde há o maior número de estudantes matriculados, já que esta é a única escola que disponibiliza tal etapa de ensino<sup>11</sup> na região rural composta pela região de Águas Claras, Morro Grande e Capão da Porteira. A comunidade que compõe a escola é bastante diversa, mas a maioria dos responsáveis pelos estudantes trabalha na agricultura, principalmente com a produção de arroz. Outra parcela significativa trabalha no comércio da região (Capão da Porteira, Morro Grande e Águas Claras). Apesar de a escola estar localizada na região rural, esta não tem atuação como Escola do Campo, funcionando como as demais escolas.

---

<sup>11</sup>Quando falamos em única na região, estamos excluindo a Escola Técnica de Agricultura (ETA) e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), instituto educacional do assentamento de reforma agrária Filhos de Sepé.

### **3 HISTÓRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Neste capítulo iremos analisar a história e trajetória do Programa Social Bolsa Família, desde sua criação e efetivação em 2003 até o ano de 2021, quando ele foi reformulado e teve seu nome modificado para Auxílio Brasil. Ainda observaremos as condicionalidades para ser beneficiário do PBF, assim como a sua contribuição para a Educação.

#### **3.1 COMO SURTIU O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

A Constituição de 1988 foi um marco na inserção dos direitos sociais, a Constituição Cidadã pensou em todos os setores da sociedade brasileira, inclusive pensou em políticas com a finalidade de uma melhor distribuição de renda, acesso a serviços de saúde, educação, assistência social, entre outros. Desde a década de 1990 a crise econômica e a desigualdade social eram evidentes e ao mesmo tempo, um entrave para o desenvolvimento da política neoliberalista que estava sendo colocada em prática. O então presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou uma série de privatizações, investimentos e programas sociais.

Em 1995 diversos foram os programas de transferência de renda que surgiram no Brasil a nível de municípios, sendo os pioneiros Campinas, com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima; Distrito Federal com o Bolsa Escola e Ribeirão Preto com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima. Os três programas eram voltados para famílias com crianças de até 14 anos de idade. No ano de 1996 surge o primeiro programa federal de transferência de renda, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, onde o público alvo eram crianças dos 7 aos 15 anos de idade, já que havia muitas crianças trabalhando, principalmente em cultivo de cana-de-açúcar e aqui temos pela primeira vez um programa que relaciona proteção da criança, distribuição de renda e manutenção na escola. Iniciava em todo o país, uma série de programas criados pelos governos municipais.

Em 2001 foi criado o segundo programa federal com a finalidade de garantir renda mínima, surgia então o Programa Bolsa Escola, de responsabilidade do Ministério da Educação, e que contempla crianças de 6 a 15 anos que deveriam contabilizar 85% de frequência escolar anual, sendo este inspirado no programa de Brasília. No mesmo ano foram criados o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação, coordenados pelo Ministério da Saúde:

O primeiro exigia aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação de crianças, em troca de R\$ 15,00 para cada criança de 0 a 6 anos. O segundo dava uma bolsa no valor de R\$ 50,00 para famílias cuja renda per capita não passasse de meio salário mínimo, e exigiam que o dinheiro fosse gasto na compra de alimentos (CAMINI, 2021, p.23).

Em 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a fim de promover uma distribuição de renda maior para os mais pobres e garantir o acesso aos serviços básicos como saúde, educação, assistência social e alimentação, uniu os programas sociais existentes – Bolsa Escola, Fome Zero e Auxílio Gás – e criou o Bolsa Família. Pois haviam muitos programas sociais, cada qual com sua própria agência executora e sem coordenação entre elas.

Os sistemas de informações dos quatro programas eram separados e não se comunicavam, fazendo com que surgissem situações em que uma família recebia todos os quatro benefícios enquanto outra, nas mesmas condições, não recebia nenhum. Os valores dos benefícios e os critérios de inclusão variavam entre os programas, de modo que o governo estava fazendo transferências desiguais para famílias em condições idênticas. Nenhum dos programas tinha cobertura nacional e todos eles ainda dividiam espaço com os programas municipais e estaduais. Também não havia coordenação entre os programas municipais e estaduais e os federais. O que existia não se assemelhava, nem remotamente, a um sistema de proteção social (SILVA, 2011, p. 35).

Deste modo a partir da Lei 10836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5209/04, tinha início um novo e importante programa social:

O Programa Bolsa Família constitui-se no principal programa no âmbito da Estratégia Fome Zero. Tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de

vulnerabilidade em que se encontram (ABRÁS; SÁ *apud* SILVA, 2007, p. 1454)<sup>12</sup>.

Juntamente com o PBF houve a unificação administrativa dos programas anteriormente citados, assim como a consolidação do Cadastro Único, que havia sido criado em 2001 com a finalidade de ser “a principal fonte de dados da população de baixa renda” (IPEA, 2019, p. 8).

O Cadastro Único é a base de informações para o Programa Bolsa Família e também para vários outros programas de transferência de renda com foco nos mais pobres e é um importante censo da população pobre do país. O cadastro único é atualizado pelos municípios, a quem cabe a tarefa de cadastrar as famílias pobres utilizando o questionário-padrão definido pela SENARC. O Cadastro Único objetiva a realização do cadastro das famílias brasileiras com renda por pessoa abaixo de meio salário mínimo e daquelas famílias com renda total não superior a três salários mínimos e cabe aos municípios manter atualizadas essas informações. O uso desse cadastro pelas três esferas de governo ajuda a encontrar pessoas com as características de carência para serem atendidas pelos programas sociais (SILVA, 2011, p. 40-41).

O programa tinha como objetivo contribuir para o combate à pobreza e a desigualdade social, de acordo com o Ministério da Cidadania, “ele possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e a articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

O PBF adotou duas linhas de elegibilidade (de pobreza e extrema pobreza), que deram acesso a benefícios distintos. Apenas famílias em extrema pobreza tinham acesso a um benefício básico, de valor único, para todos. Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza também poderiam receber benefícios variáveis, caso tivessem crianças de até 15 anos de idade (até o limite de três, depois cinco, por família). Em 2007, surgiu o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), pago a famílias com jovens entre 16 e 17 anos (até o limite de dois por família). Entre 2012 e 2013, o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) foi criado: trata-se de uma transferência de valor variável e que eleva a renda dos beneficiários até certo ponto (isto é, um benefício do tipo top-up), permitindo que superem a extrema pobreza (IPEA, 2019, p. 8).

Para o funcionamento do programa foi preciso a atuação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a execução do mesmo, já que se tratava de um programa de gestão descentralizada.

---

<sup>12</sup>SILVA, Tomaz Tadeu da. **Como utilizar as palavras alheias**. Porto Alegre: PPGEDU, 2002. 5 f. (Texto digitado). Disponível em: <https://moodle.ufrgs.br/course/view.php?id=95104>. Acesso em: 18 fev. 2022.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma transferência condicionada de renda: são realizadas transferências em dinheiro (não em espécie) para famílias (não para indivíduos), de forma focalizada (buscam alcançar os mais pobres) e condicionada (as famílias devem cumprir compromissos, em geral em saúde e educação, para receberem seus benefícios) (IPEA, 2019, p. 7).

Para ser beneficiário haviam critérios a serem preenchidos, como manter as crianças em idade escolar matriculadas e frequentando a escola; mulheres grávidas deveriam realizar exames pré e pós-natais; fazer acompanhamento nutricional das crianças pequenas que ainda não frequentavam escola; manter a caderneta de vacinação das crianças em dia. Os municípios e estados eram os responsáveis por manter o banco de dados do Programa atualizados.

As condicionalidades instituídas pelo Programa Bolsa Família ligadas às áreas da educação e saúde dizem respeito a direitos garantidos pela Constituição a todos os brasileiros. Na verdade, as contrapartidas são a maneira encontrada pelo governo para forçar as populações menos favorecidas a exercerem seus direitos (SILVA, 2011, p. 44).

Para que uma família seja contemplada com o PBF há uma organização e caminho a ser percorrido:

[...] Primeiro, as famílias declaram sua renda ao preencher ou atualizar suas informações cadastrais. Depois, as rendas autodeclaradas são verificadas por batimentos com diversos outros registros administrativos do governo federal: nos últimos anos, o procedimento passou a ser feito antes mesmo da concessão. Em seguida, a concessão do benefício está subordinada a cotas municipais, isto é, estimativas do número de famílias pobres em cada município. Uma vez que a cota de um município é atingida, as concessões tornam-se menos frequentes, o que gera pressão sobre a gestão municipal para que melhore sua focalização (Barros et al., 2008). Finalmente, há publicidade do nome dos beneficiários tanto nas unidades locais de atendimento da assistência social quanto pela internet, por meio do Portal da Transparência (IPEA, 2009, p. 11).

Ao ser beneficiário deste, que objetiva reduzir a desigualdade social, assim como combater a pobreza, o período de vigência do PBF é de dois anos, durante esse período há um acompanhamento dos beneficiários e se caso for necessário, a família permanece no programa:

As famílias que entram no PBF recebem a transferência por dois anos, mesmo que sua renda aumente, desde que não ultrapasse meio salário mínimo (SM) per capita. Essa “regra de permanência” permite que o programa leve em conta a volatilidade de renda das famílias e atue como uma ponte para que melhorem suas condições de vida, caso tenham oportunidades para isso. Para ampliar a fidedignidade dos dados de renda

coletados pelo Cadastro Único, sempre que a família atualiza seu cadastro, o período de dois anos é reiniciado (IPEA, 2009, p.14).

O PBF chegou a atender mais de 13 milhões de famílias em todo o território brasileiro, com diferentes benefícios e perfis, conforme apontado por Oliveira <sup>13</sup>.

[...] é um dos maiores programas sociais brasileiros em número de pessoas atendidas. O Programa Bolsa Família só perde em número de beneficiários para o Sistema Único de Saúde (SUS), que em princípio, deve atender toda a população brasileira, para a educação pública, que atende 52 milhões de pessoas e para a previdência social, que paga 21 milhões de benefícios (SILVA, 2011, p. 36).

Nas últimas décadas, este foi um aliado importante para retirar milhares de famílias do mapa da pobreza extrema, assim como resultou índices favoráveis tanto na área da educação, como na saúde.

### **3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA**

A Constituição Federal de 1988 aponta no artigo 205 que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família garantir esta. De modo que as programas sociais, são fundamentais para a efetivação deste direito para as camadas mais pobres da sociedade.

Um país que pretenda se desenvolver economicamente e politicamente, necessita apresentar índices educacionais elevados, ou seja, acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes na Educação Básica. A Comissão Internacional sobre a Educação da UNESCO nos seus estudos reforça que:

Perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. No desfecho de seus trabalhos, a Comissão faz questão de afirmar sua fé no papel essencial da educação para o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades: não como um remédio milagroso, menos ainda como um “abre-te sésamo” de um mundo que tivesse realizado todos os seus ideais, mas como uma via – certamente, entre outros caminhos, embora mais eficaz – a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, de modo a contribuir para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras... (DELORS, 2010, p. 5).

<sup>13</sup>Oliveira aponta dados pesquisados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este ministério não existe mais e diversos são os links e sites descontinuados pelo atual governo federal, o que dificulta a verificação e busca destes dados.

Assim sendo, investir na Educação e obter dados positivos, passou a ser uma das pautas políticas, sendo criado em 2001 o Bolsa Escola Federal, além de outros programas sociais. A educação contribui para que os sujeitos compreendam o mundo no qual estão inseridos, se percebam como agentes transformadores, assim como possibilita a formação enquanto cidadão.

A educação é também uma declaração de amor à infância e à juventude, que devem ser acolhidas nas nossas sociedades, reservando-lhes o espaço que, sem dúvida, lhes cabe no sistema educacional e também no seio da família, da comunidade de base e da nação. Esse dever elementar deve ser constantemente evocado para que seja levado em consideração, inclusive, nas tomadas de decisão de ordem política, econômica e financeira: parafrazeando o poeta, a criança é o futuro do homem (DELORS, 2010, p. 5).

É através da educação que as pessoas se tornam capazes de pensar, agir e transformar, pois como Freire nos apontou, somos seres inacabados e vai ser por isso que “mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a inconclusão é que gerou sua educabilidade” (FREIRE, 2021, p. 57).

[...] a educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento (BRANDÃO, 2002, p.33).

É através da educação que a sociedade se constrói, não há outro meio de formar os sujeitos para todas as externalidades que a vida apresenta, assim sendo, esta deve ser para todos, independente de classe social, raça, etc. Porém sabemos que no Brasil, por muito tempo, as escolas eram para alguns, como nos salientou Lisete Arelaro

Antes, os pobres não chegavam às escolas. Agora, a maioria está nelas. Historicamente, nosso sistema social e de ensino sempre foram elitistas e argumentavam que eles não deveriam estar nas escolas, pois não teriam “habilidades e competências” para entender as artes, as ciências e as tecnologias de ponta a serem úteis no mercado de trabalho disponível (ARELARO, 2020, p. 54).

O marco para o acesso educacional no Brasil foi a Constituição Cidadã, entretanto, não bastava apenas estar disposto em lei, sendo preciso uma série de reformas educacionais e políticas públicas que garantissem tal direito. Assim sendo, com a implantação do PBF e suas condicionalidades, a longo prazo, foi possível evidenciar a contribuição deste para as transformações educacionais que ocorreram no país, como a universalização da educação, diminuindo o analfabetismo e a redução na evasão escolar, assim como ampliando a frequência do estudante, pois

[...] dentre as contrapartidas estabelecidas como critérios para o repasse mensal do benefício, destacamos a frequência escolar como sendo a de maior visibilidade na estrutura do PBF. Conforme as diretrizes do PBF (MEC, 2010), a condicionalidade associada à transferência de renda, tem a finalidade precípua de garantir que toda criança e adolescente em idade escolar tenha acesso ao sistema educacional e através desse acesso, tenha oportunidade futura de ingressar no mercado de trabalho. Essa contrapartida objetiva ainda reduzir os níveis de evasão escolar e melhorar as condições sociais dessas famílias (SANTOS, 2014, p. 49).

Para que seja realizado o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do PBF, foi criado o Projeto Presença, que é uma plataforma do governo federal, que tem como objetivo comprovar a presença dos alunos de até 17 anos na escola, a partir destes dados a família segue recebendo ou não o benefício. Somente os gestores e os coordenadores responsáveis pelo PBF têm acesso aos dados desta plataforma.

Ao observarmos os índices educacionais do país nas últimas décadas, evidenciamos a importância e concretização deste programa social em relação às camadas mais pobres, e que a lógica de “elevar o grau de escolaridade das crianças para aumentar e mesmo equilibrar as oportunidades” (AGUIAR; ARAÚJO, 2002, p. 35) ocorreram.

Entretanto, inúmeras são as transformações necessárias no campo da educação brasileira, já que vivemos uma escola do século XX e que as práticas perpetuadas seguem o modelo a qual Paulo Freire denominou de educação bancária, na qual a preocupação consiste em uma série de conteúdos que os estudantes devem aprender na caminhada estudantil com a finalidade de formar para o mercado de trabalho. Não cabe mais a concepção de alguém como detentor do conhecimento e outro como receptor passivo. É preciso tornar visível a relação entre os diversos conteúdos apresentados pelo educador, com as realidades dos estudantes, como defendido por Freire.



A escola tem ação fundamental na formação dos cidadãos e para que isso se efetive, é preciso desafiar a criticidade, o questionar, o pensar certo. É reconhecer que conteúdos são importantes, mas devem estar aliados à formação moral dos estudantes, nunca deixando de lado a percepção deste como parte de um espaço geográfico ao qual está inserido e como parte de uma cultura, pois como Freire nos apontou, quando constatamos, somos “capazes de *intervir* na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes” (FREIRE, 2021, p. 75, grifo do autor).

É preciso uma formação para intervenção no mundo, “aquela que aspira mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde” (FREIRE, 2021, p. 106-107) em oposição à educação de poucos privilegiados, como historicamente ocorre em nosso país.

Na lógica de desenvolvimento político e econômico de um país não é possível a existência de uma população analfabeta, sem formação para o mundo do trabalho e que tenha índices de miséria. Deste modo, o PBF tem contribuído nos últimos anos para avanços no campo da educação básica.

## 4 O QUE PENSAM OS PROFESSORES

Neste capítulo serão apresentadas as respostas e análises da pesquisa respondida pelos professores da escola pública. Pretende-se ao longo do capítulo reproduzir as respostas fielmente.

### 4.1 APRESENTAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTAS

O PBF teve grande importância na vida de milhares de famílias de baixa renda, auxiliando para amenizar a situação de extrema pobreza e principalmente da fome. Apesar da educação ser um direito humano, apontado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e reforçado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), percebemos que este não é efetivado e está intimamente ligado com a pobreza e desigualdade. Houveram avanços, porém, não garantiram a democratização da educação, como sinalizado por Pablo Gentili:

A expansão da cobertura educacional na América Latina permitiu que setores tradicionalmente excluídos do sistema escolar tivessem acesso a ele. Contudo, altos níveis de pobreza e exclusão, associados à persistente desigualdade e à injustiça social que caracterizam o desenvolvimento latino-americano contemporâneo, formaram uma combinação que limitou o potencial democratizante desta expansão. Os altos níveis de miséria associados à fome, à desnutrição e às péssimas condições de vida e de saúde da população mais pobre conspiram contra a possibilidade de que o trânsito pelas instituições escolares seja a oportunidade real de democratização de um direito humano (GENTILI, 2009, p. 1064-1065).

É notório os avanços de acesso à escola, porém não significa que o direito à educação tenha se efetivado. Deste modo, é preciso uma série de políticas que contribuam para esta efetivação. O PBF com os condicionantes para recebimento reforçou o acesso à escola, já que um dos requisitos era a manutenção das crianças em idade escolar estarem matriculada e frequentando a escola. Os índices educacionais apresentaram evolução e estudos demonstram que essa foi um reflexo do PBF.

Há uma carência de qualidade educacional no país e ao verificar a contribuição do programa nesse viés, surgem dúvidas sobre uma possível contribuição. O PBF divide opiniões na sociedade brasileira

[...] o Programa não é perfeito. São muitas as críticas e os impasses, principalmente em relação ao seu caráter assistencialista, por desestimular o trabalho ao conceder uma renda permanente; há muita desinformação a respeito do Programa, por toda a comunidade (inclusive por parte dos beneficiários). A visibilidade dada ao Programa apresenta certo viés de marketing político, o que faz com que as pessoas não o analisem como política pública social e econômica e sim “como um programa criado para aumentar a força política de apoio dentre a população pobre”, o que torna o discurso ambíguo em relação à sua eficiência, que passa a ser vista por alguns como “de uso político” e para outros, como “solução econômica de integração social”, ambas, direcionadas aos mais pobres (BISCHOFF, 2015, p. 97).

Ao realizar a investigação sobre a realidade na qual estão inseridos os professores, estudantes e o PBF, a utilização de temas geradores, como proposto por Freire nos possibilita dialogar com os sujeitos envolvidos na produção do conhecimento, ou seja, “investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis” (FREIRE, 2020, p. 136).

Como nos aponta Freire os sujeitos da pesquisa seriam o seu objeto e conforme refletem sobre as questões levantadas, “mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela” (FREIRE, 2020, p. 137).

A investigação da temática, repitamos, envolve a investigação do próprio pensar do povo. Pensar que não se dá fora dos homens, nem num homem só, nem no vazio, mas nos homens e entre os homens, e sempre referido à realidade.

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo, se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar *pelos* outros nem *para* os outros, nem *sem* os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar.

Sendo os homens seres em “situação”, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria *situacionalidade*, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela (FREIRE, 2020, p. 141).

Os temas geradores foram elaborados a partir das respostas mais frequentes, sendo notório percepções distintas e até mesmo mais cirúrgicas por parte de alguns entrevistados. Diferentes pesquisas ao se debruçarem sobre o PBF enquanto política pública aponta a relevância deste na escola, defendendo que o PBF foi um aliado importante para a efetivação de diferentes Direitos Constitucionais, o que foi evidenciado por alguns dos entrevistados.

Os professores da escola pública da rede estadual receberam quatro laudas impressas, sendo que as duas primeiras era o Termo de Consentimento e as duas seguintes, era a identificação e o questionário por extenso. Convidamos os professores para responderem as questões sem se preocuparem com certo ou errado sobre o programa investigado, mas que ressaltassem o que pensam sobre ele.

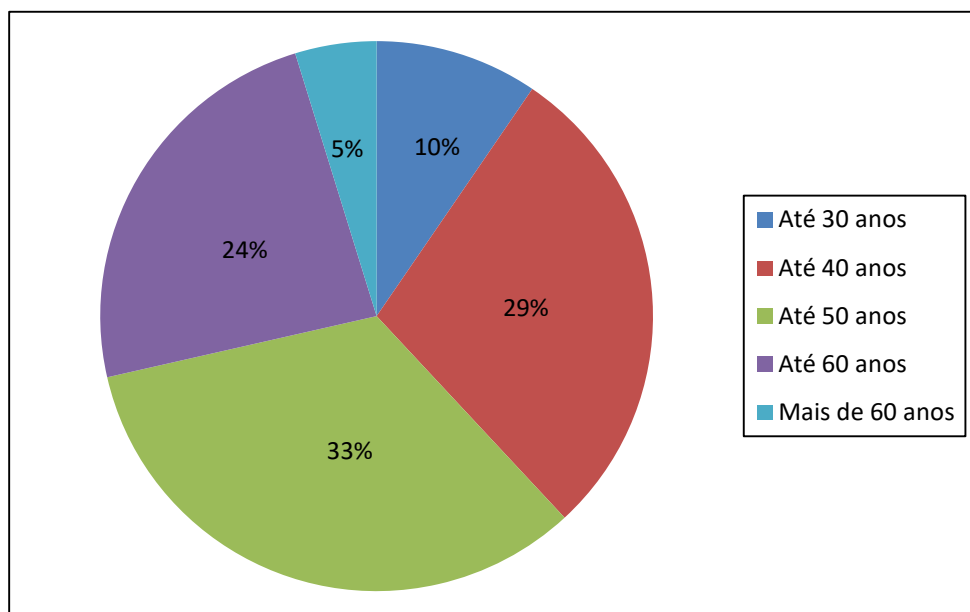
**Quadro 1 – Perfil Geral dos Entrevistados**

GÊNERO: FEM/MASC	TEMPO NA REDE	REGIME DE EMPREGO	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
E1	3 meses	Contratado	Superior	Licenciatura Ciências Biológicas
E2	21 anos	Contratado	Superior	Licenciatura e Bacharelado em Química
E3	13 anos	Contratado	Superior	Licenciatura em Letras – Português e Literatura
E4	17 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em Letras – Português e Literatura
E5	22 anos	Contratado	Superior	Licenciatura em Letras – Português; Secretariado Executivo Bilíngue – Espanhol/Inglês
E6	20 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em Filosofia
E7	29 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em Pedagogia
E8	10 anos	Contratado	Especialização	Licenciatura em Educação Física
E9	13 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em Geografia
E10	8 meses	Contratado	Mestrado	Licenciatura em Filosofia
E11	3 anos	Contratado	Especialização	Licenciatura em Letras – Português e Inglês
E12	18 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em História

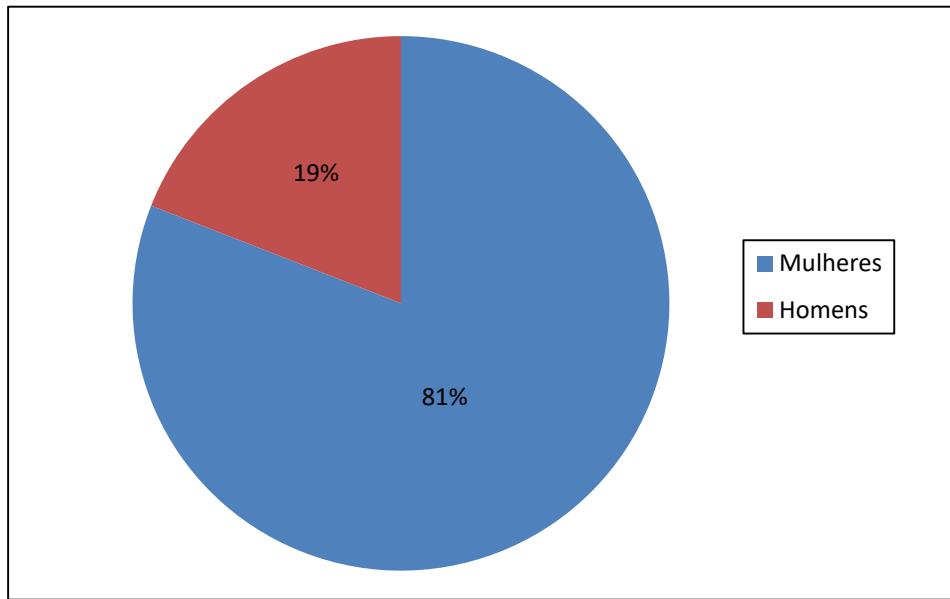
E13	31 anos	Nomeado	Mestrado	Licenciatura em Letras – Português e Literatura
E14	20 anos	Contratado	Superior	Licenciatura em Biologia
E15	19 anos	Nomeado	Superior	Licenciatura em Filosofia
E16	21 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em Matemática
E17	35 anos	Nomeado	Especialização	Licenciatura em Matemática
E18	9 anos	Contratado	Superior	Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e suas respectivas literaturas
E19	28 anos	Nomeado	Superior	Licenciatura em Química
E20	5 meses	Contratado	Especialização	Licenciatura em Matemática
E21	7 meses	Contratado	Superior	Licenciatura em Letras – Português e Literatura

Fonte: Entrevistas, 2022.

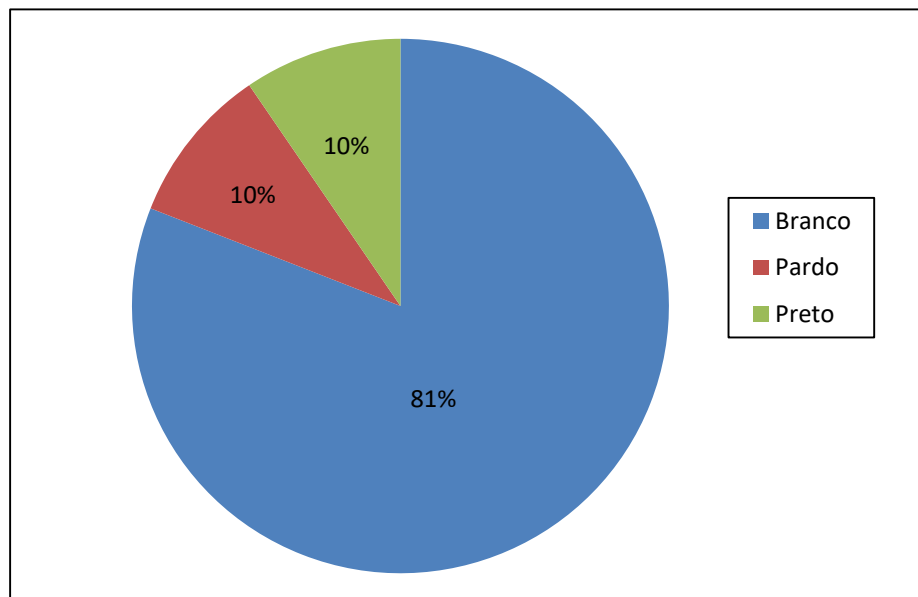
**Gráfico 1 - Faixa etária dos Entrevistados**



Fonte: Entrevistas, 2022.

**Gráfico 2 - Gênero dos Entrevistados**

Fonte: Entrevistas, 2022.

**Gráfico 3 - Raça dos Entrevistados**

Fonte: Entrevistas, 2022.

Evidenciamos que a escola apresenta todos os seus educadores com suas graduações concluídas, assim como mais da metade destes já possuem pós-graduação, demonstrando que a maioria dos professores da rede pública estadual perceberam a necessidade de seguir estudando e se aperfeiçoando. Ainda podemos

observar que apenas 5 educadores são profissionais recentes na rede estadual de ensino (até 3 anos) e que a maioria tem carreira longa no Magistério Estadual. A maioria dos entrevistados são mulheres, a faixa etária aponta para gerações distintas e praticamente todo o quadro é composto por educadores brancos.

#### 4.2 TEMA GERADOR DO PBF: “IMPORTANTE”

Freire ao nos propor a utilização de temas geradores, nos convida a observar a realidade na qual estamos inseridos, refletir sobre esta, debater e construir soluções emancipadoras, deste modo,

Para Freire, as palavras geradoras fundam um universo significativo temático, um tema gera dor. E as palavras são colhidas nas conversas formais e informais, necessitando uma capacidade especial de pesquisador e de educador que sabe que não sabe e, por isso, ouve e nutre a curiosidade epistemológica, diferindo do educador bancário alienado porque saturado de si em excesso. Há nessa escuta um aprendizado e uma opção política de se deixar surpreender pela vida e pelas experiências humanas, sobretudo aquelas que reincidentem das dores, reiteradas pelas falas, que emergem nos discursos (PASSOS, 2008, p. 389).

Ao buscar uma palavra que defina o PBF de acordo com as respostas dos professores, certamente podemos utilizar “importante”, que por diversas vezes apareceu ao longo da pesquisa:

Considero um programa de extrema **importância** e relevância especialmente para as famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza e para os trabalhadores desempregados, pois esses grupos de pessoas necessitam de amparo através das políticas públicas governamentais como meio de sobrevivência e também como forma de inserção ao mercado de trabalho (E12, grifo nosso, 2022).

A definição do PBF, enquanto importante, apareceu em 52,4% das respostas dos professores quando questionados sobre o que pensam do PBF. Os professores da escola pública, geralmente carregam juntamente com sua prática pedagógica, grande consciência social, pois estão imersos nos contextos que compõem as vidas dos estudantes, pois como mencionado por Freire a prática educativa é política, não pode ser neutra e deste modo para o desenvolvimento da prática o professor deve assumir o papel daquele que “testemunha o direito de comparar, de escolher, de

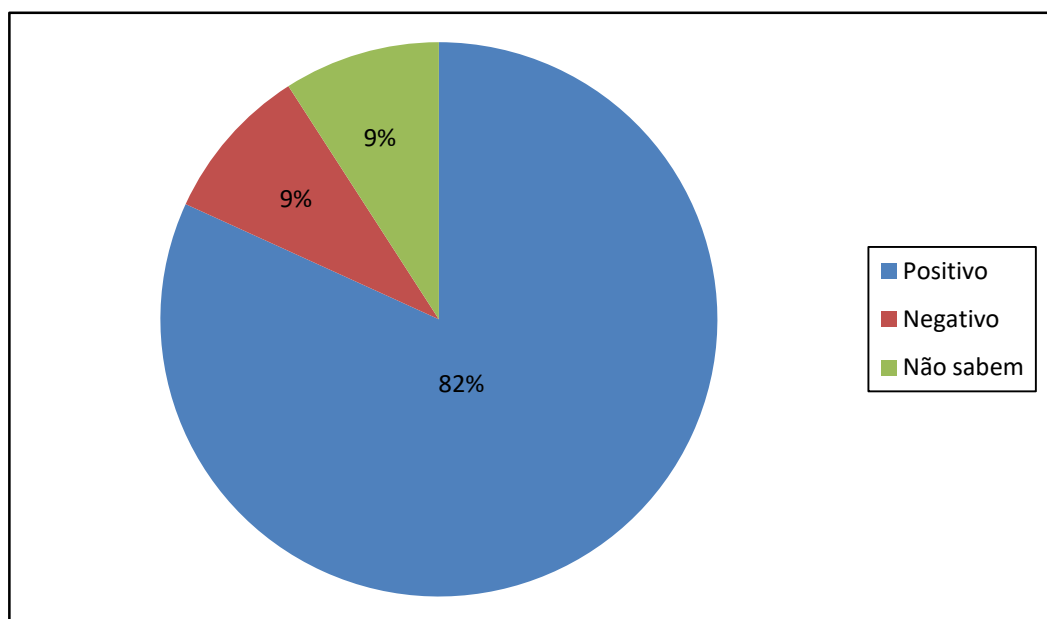
romper, de decidir e estimular a assunção deste direito por parte dos educandos” (FREIRE, 2021, p. 69).

Quando o professor conhece a realidade dos seus estudantes, consegue semear que a educação é uma forma de intervenção no mundo:

Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante (FREIRE, grifos do autor, 2021, p. 96).

Ao questionar os professores sobre o que pensam sobre o PBF, estes deram respostas variadas, sendo que a maioria destes percebe positivamente o programa, porém há os que não o compreendem de tal modo e ainda, encontramos os que desconhecem o mesmo, não podendo assim, emitir uma opinião.

**Gráfico 4 – Percepção sobre o PBF**



Fonte: Entrevistas, 2022.

O PBF sempre dividiu opiniões na sociedade brasileira, alguns percebem o programa como paternalista, garantidor de eleitores e até mesmo, mantenedor da desigualdade social, já que acreditam que os beneficiários não buscam empregos para não perder o PBF ou ainda que estes ficam acomodados. Porém, há os que



enxergam no programa uma série de inclusões e garantias importantes para os beneficiários e defendem o programa como um meio para inclusão e redução das desigualdades.

Uma das ações de destaque do PBF é a manutenção dos estudantes na escola, assim como a frequência destes. Cabe ao Ministério da Educação acompanhar o cumprimento destas condicionantes. Foi através do Decreto nº 5.209, que o MEC ficou incumbido de verificar a frequência escolar dos beneficiários em idade escolar, o que reforça a ideia de o PBF contribuir para que os estudantes mais pobres estejam e frequentem a escola.

É dentro do espaço escolar que a criança e adolescente pobre se torna efetivamente visto, pois os professores e gestores acompanham diariamente este estudante e o PBF promove essa visibilidade e por consequência, atenção ao estudante.

#### Quadro 2 – O PBF e os Estudantes na Escola

E1	É um incentivo para o aluno frequentar a escola com regularidade.
E2	Uma vez que o governo opta por não remunerar dignamente as pessoas que vivem de salário mínimo, uma vez que, como o próprio nome diz, este deveria garantir o mínimo para a subsistência de uma família, e nem cria políticas para a abertura de novas vagas de trabalho, este “benefício”, se é assim que podemos chamá-lo garante as crianças e adolescentes compareçam a escola. Mas apenas compareçam, uma vez que por meio dessas políticas não se demonstra ao adolescente que a renda ou o seu trabalho dependem da sua formação. Assim, esses programas acabam por gerar um círculo vicioso no qual as famílias se acostumam a receber o “benefício” e assim não exigem dos governantes uma solução definitiva.
E3	Como citado, não conheço o programa, apenas sei que é um incentivo (financeiro) para as famílias que possuem baixa renda. Acredito que por conta deste benefício, algumas famílias têm maior possibilidade de fazer com que seus filhos frequentem a educação básica.
E4	Garante o acesso à educação.
E5	Se manter na escola alimentados e com o básico da higiene, material escolar e também é parte importante disso, já que a rede estadual não fornece esse material.
E6	Ele fornece um valor razoável para que os pais usem na compra de materiais escolares e melhorem a alimentação das crianças e adolescentes.

E7	Uma das exigências aos beneficiários é a assiduidade à escola; assim, as crianças necessitam frequentar as aulas e tendo um melhor rendimento na aprendizagem.
E8	O benefício apresenta maior taxa de frequência as aulas, para não perderem o benefício.
E9	Garante que crianças permaneçam na escola; crianças que muitas vezes deixavam de frequentar a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar.
E10	Aluno com fome não consegue aprender. Logo, o programa é um incentivo para a permanência dos educandos em sala de aula.
E11	Para que eles saibam que há um programa de assistência social que visa auxiliar os mais carentes.
E12	Primeiro é que a renda do Bolsa Família está condicionada a matrícula é frequência do estudante na escola. Também o programa auxilia na compra de material escolar e transporte 100% gratuito.
E13	Viabiliza a inclusão e o acesso a educação.
E14	Sim, mas ao mesmo tempo deveria ser acompanhado o desempenho do aluno.
E15	Esse programa além da complementação da renda, usada para alimentação, é um mecanismo usado para controle da frequência, mantendo os alunos na escola.
E16	Principalmente aumenta a participação dos alunos na escola.
E17	Contribuir no material escolar, na alimentação dos alunos.
E18	Não tenho conhecimento do assunto.
E19	Diminuição da evasão escolar e o acesso à educação.
E20	É importante pois para receber o bolsa família, tem que haver frequência escolar.
E21	Ele proporciona recursos para que a família consiga ter uma alimentação, roupas e até materiais escolares.

Fonte: Entrevistas, 2022.

O PBF leva o estudante para a escola. Acesso a Educação é um direito humano e constitucional, de modo que o Estado oferta e financia as escolas públicas, entretanto, um debate constante é sobre as condições das escolas públicas e a qualidade educacional que estas ofertam.

Entendemos que o bom trabalho pedagógico é aquela atividade intencional que acontece na escola, que possibilita as relações de aprendizagens entre sujeitos, orientadas pela ética profissional; é aquele que se alcança por meio de atividades voltadas para produção de ideias, de concepções,

conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. A educação de qualidade social implica, pois, assegurar a redistribuição da riqueza produzida e que os bens culturais sejam socialmente distribuídos entre todos (SILVA, 2009, p. 225).

Como apontado por Maria Abádia Silva (2009) para que exista uma qualidade educacional, seria necessário igualdade entre os sujeitos, de modo que podemos verificar que o PBF não gera essa igualdade, já que a proposta é auxiliar as famílias em situação de extrema pobreza. Um dos condicionantes para usufruir do programa esta relacionado com a escola, de modo que surge a dúvida se o BPF deveria atender as demandas educacionais.

### Quadro 3 – O PBF e as Demandas Educacionais

ENTREVISTADO	EM SUA OPINIÃO COMO DEVERIA SER O BOLSA FAMÍLIA PARA ATENDER NOSSAS DEMANDAS EDUCACIONAIS?
E1	Deveria ser um valor maior para ajudar a custear os estudos dos alunos de baixa renda. Não levando em consideração somente a frequência, mas o aproveitamento dos alunos.
E2	Em minha opinião, se é para fazer uma relação entre Bolsa Família e educação, esta deveria “apenas” garantir aquilo que a Constituição já garante, educação pública e de qualidade para todos. Então, em minha opinião, o sustento da família cabe aos genitores. E os recursos hoje direcionados a Bolsa Família deveriam ser redirecionados para a educação de qualidade. Um país só se desenvolve pela educação, deste modo, não vejo esta transferência de renda contribuir para a educação e apenas alimentar um círculo onde o pobre fica sempre pobre e o rico fica com as melhores oportunidades. Agora, em contrapartida, opino, que a passagem sim deveria ser 100% gratuita no horário de aula.
E3	O que sei é que este programa é uma ajuda à família, não é específico para formação educacional.
E4	Pergunta complexa que requer uma elaboração política e educacional. Infelizmente, observo que alguns alunos e alunas frequentam a escola para ter e continuar com este auxílio, não pela necessidade, mas pelo ganho.
E5	Deveria ser mais especificado cada gosto, porque vejo com muita frequência sendo extremamente mal usado esse recurso pelos responsáveis dos alunos.
E6	Deveria ter um determinado percentual destinado apenas ao acesso a cultura, como compra de livros ou entradas para o cinema, o teatro ou outros espetáculos culturais.
E7	Deveria contemplar com mais recursos e também os jovens até concluírem a faculdade.
E8	Todos os alunos deveriam de ter o auxílio.
E9	Além do benefício em dinheiro, deveriam ter ações que beneficiem também a instituição escolar.

E10	Acredito que ele não pode ser extinto bem como conter uma fiscalização rigorosa de modo que a matrícula do aluno seja obrigatória para que a família receba o bolsa família.
E11	O sistema fiscalizatório deveria ser mais eficiente onde os beneficiários deveriam ser ou cumprir requisitos mais rígidos para cumprir seu papel.
E12	Poderia ser incluído no Bolsa Família um programa voltado para os estudantes do Ensino Médio através de cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional, com o propósito assegurar uma vaga no mercado de trabalho. Ex: Pronatec.
E13	A Bolsa Família deveria ser um programa articulado com a educação (escola) para que ocorra de fato o sucesso da aprendizagem.
E14	Na mesma modalidade, mas acompanhar a aprendizagem do aluno.
E15	O Bolsa Família deveria ser estendido a todas as famílias que vivem na extrema pobreza e com filhos na escola em valores maiores.
E16	Além da assiduidade do aluno deveria também observar o rendimento em sala de aula.
E17	Comprovação do gasto em comida ou material escolar.
E18	NÃO RESPONDEU
E19	NÃO RESPONDEU
E20	Em minha opinião deveria ter um projeto com esses alunos que recebem o bolsa e os professores deveriam ter mais instruções quanto a esses alunos.
E21	Acho que precisamos observar a realidade das famílias e atender corretamente as demandas. Proporcionar recursos para uma vida mais saudável e digna.

Fonte: Entrevistas, 2022.

De acordo com o quadro acima, elencamos cinco pontos comuns nas respostas dos professores em relação de como deveria ser o bolsa família para atender as demandas educacionais: a) valor maior, onde 10,5 % apontaram haver essa necessidade; b) aproveitamento dos estudantes, 15,5 % levantaram que deveria ser levado em conta este critério e não apenas a frequência escolar; c) educação de qualidade, 10,5% acreditam que o programa deveria focar para tal ação; d) ter função de ajuda financeira, 36,8% percebem o PBF como um aliado neste viés; e) haver ampliação deste, 26,3 % percebem essa necessidade.

Evidenciamos nas falas dos professores a importância do programa e as inúmeras possibilidades que estes enxergam para as demandas educacionais a partir do PBF, se este passasse por um aperfeiçoamento. Os professores apontam que o PBF deveria acompanhar o rendimento dos estudantes; ter seus valores

utilizados, também com a finalidade de proporcionar acesso à cultura; existir ações que beneficiassem a instituição escolar a qual o estudante pertence, sendo mais articulado com a escola; ser para todos os estudantes da rede pública e não apenas para os que as famílias se enquadram financeiramente; realizar projetos com os seus beneficiários, sendo assim um programa educativo; ter incluído no PBF algum outro programa voltado para os estudantes do ensino médio<sup>14</sup> e ainda a necessidade de valores maiores, já que por vezes este é apenas paliativo para a maior parte das famílias beneficiárias.

### **4.3 TEMA GERADOR DO PBF: “CRIANÇA ALIMENTADA ESTÁ APTA A APRENDER”**

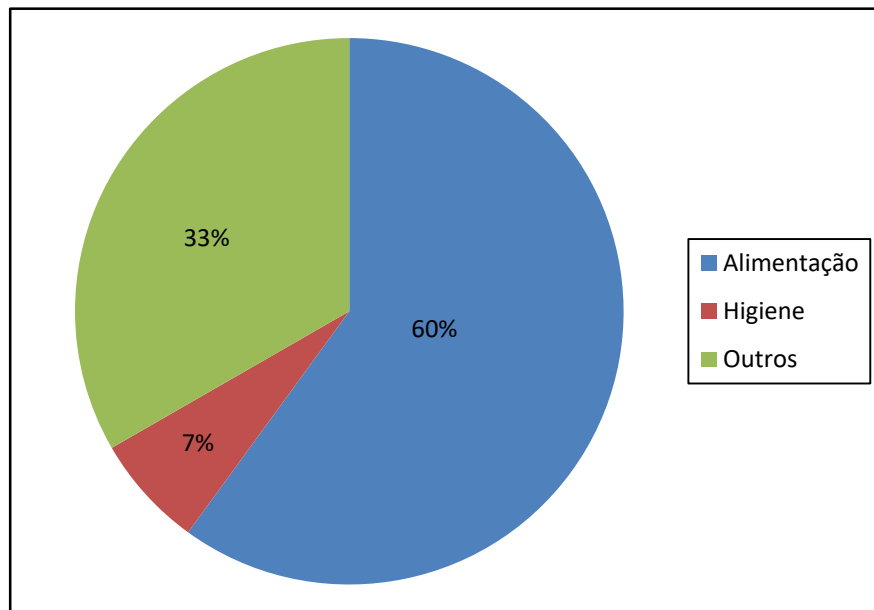
Alimentação é fundamental para a existência humana e considerando que nos primeiros anos de vida o período em que é preciso uma alimentação adequada e equilibrada, pois as crianças mal alimentadas e/ou desnutridas apresentam limitações de aprendizagem, já que

“A alimentação desempenha um papel decisivo para o crescimento e o desenvolvimento físico da criança em idade escolar, época em que ela passa por um acelerado processo de maturação biológica, juntamente com o desenvolvimento sociopsicomotor” (CAVALCANTI, 2009, p. 17).

Os professores têm consciência da relação entre alimentação e aprendizagem. Quando perguntado o que pensam sobre o PBF, apontaram a questão da alimentação a partir do benefício. Podemos identificar que 60% considera a alimentação o aspecto mais importante, 7% apontam que este é importante para higiene 7% e 33% apontam outras respostas como complemento da renda da família, compra de materiais escolares e até transporte.

---

<sup>14</sup>Um dos grandes desafios da escola é manter os estudantes no Ensino Médio. De acordo com dados do Inep, a partir do Censo Escolar da Educação Básica 2021 5,6% dos alunos abandonaram as instituições de ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-basica-2021-notas-estatisticas>. Acesso em: 02 jan. 2023.

**Gráfico 5 – O PBF e os Usos pelos Beneficiários**

Fonte: Entrevistas, 2022.

Apesar do tema “Alimentação” não ser uma pergunta para os professores, estes apontaram em suas respostas a ação do PBF na questão da segurança alimentar e como esta influi no processo de aprendizagem. Assim sendo, não basta promover acesso à Educação, é preciso ofertar as demais garantias humanas, como o acesso à Alimentação, pois

O consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para as crianças e adolescentes retardo no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência as infecções e maior suscetibilidade a doenças (CAVALCANTI, 2009, p. 19).

**Quadro 4 – O PBF e Alimentação**

E5	Acho o programa muito importante para os alunos, principalmente na questão alimentar e de higiene pessoal.
E6	É um programa muito bom, que possibilitou que muitas crianças e adolescentes tivessem uma melhor nutrição e melhor desempenho escolar.
E10	Aluno com fome não consegue aprender. Logo, o programa é um incentivo para a permanência dos educandos em sala de aula.
E13	Uma importante iniciativa como medida emergencial contra a fome.

E15	Esse programa além da complementação da renda, usada para alimentação, é um mecanismo usado para controle da frequência, mantendo os alunos na escola.
E17	Sim. Aprender com fome não ocorre.
E19	Este programa tem como objetivo auxiliar na renda familiar para prover alimentação de crianças e jovens de famílias pobres e extremamente pobres.
E20	Eu acredito que contribui para alimentação de crianças carentes, mas penso que o dinheiro não seja o suficiente para suprir as necessidades da família, ainda mais que eu acho (não tenho certeza) que para a família ser beneficiada com o bolsa família não deve possuir renda.
E21	Sim, é um estímulo e, por outro lado, é o que possibilita muitas famílias de colocar e manter seus filhos em escolas. Muitas famílias dependem deste programa até para sua alimentação e existem estudos de que a fome realmente atrapalha a aprendizagem.

Fonte: Entrevistas, 2022.

O PBF contribui na alimentação e por consequência, no processo de aprendizagem, pois como observado pelos professores da escola pública, aprendizagem não ocorre com fome. Além de ter uma alimentação garantida ela precisa ser nutritiva e diversificada, conforme observa Ribeiro e Silva (2013):

Percebe-se que a criança deve ter uma alimentação balanceada e controlada na escola e em casa, facilitando ainda mais seu aprendizado, capacidade física, atenção, memória, concentração, energia necessária para trabalhar o cérebro. No entanto para que isso se concretize as pesquisas mostram que a alimentação de uma criança deve ser bem diversificada contendo carboidratos, lipídios, proteínas, sais minerais, água, fibras, sal, gorduras, vitaminas na quantidade certa, além da prática de exercícios (RIBEIRO; SILVA, 2013, p.79).

Quando nos debruçamos sobre os dados, é nítido que o PBF ao garantir um auxílio econômico para as famílias beneficiárias, contribuiu para a redução da desnutrição infantil, como por exemplo no semiárido cearense<sup>15</sup>. O nordeste brasileiro foi uma das regiões onde a ação do PBF ficou mais nítida, entretanto, sabe-se que estes resultados se estenderam por todo o território. O índice, que era de 17,9%, em 1996, caiu para 8,6%, em 2005, dado este justificado pelos efeitos positivos dos programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família” (MDS, 2005).

<sup>15</sup>Essa constatação se deu a partir de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social, municípios, estados, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e universidades. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

Alguns professores, como o E10, ressaltam que “Aluno com fome não consegue aprender”. Logo, o programa é um incentivo para a permanência dos educandos em sala de aula”. Aprender, como apontado anteriormente, é um direito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) ressalta em seu texto o direito à Educação e que esta deve ser ofertada pelo Estado. A Declaração dos Direitos Humanos reconhece a necessidade e importância da educação, pois esta é

um direito humano, um bem público e social, porque ela nos ajuda a nos comportarmos e a nos reconhecermos como seres humanos livres e iguais em direitos, a nos tratarmos de maneira fraternal, a lutar contra toda forma de escravidão e servidão, contra toda forma de discriminação, tortura e tormento, de aspiração colonial ou imperial; a educação protege-nos e é a defesa de nossa identidade, de nossa privacidade e de nossa honra, de nossa liberdade e da liberdade de todos, da dignidade, da felicidade (ela mesma, um bem comum), de toda liberdade de pensamento, do bem-estar, do acesso à riqueza acumulada, à saúde, à vivência plena de nossa sexualidade, nossa cultura e nossa moralidade (GENTILI, 2009, p. 1072).

Já que a educação é um bem público, a escola pública vai ser o espaço garantidor do direito de todos os brasileiros e assim sendo, vai ser neste espaço onde encontraremos o maior número de pessoas vulneráveis socialmente. A fome é uma das maiores mazelas da humanidade e a escola pública garante a merenda escolar, mas esta é ofertada apenas no turno em que o estudante está na escola, porém nosso organismo necessita de mais nutrientes durante o dia.

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014, p. 8).

De acordo com o E6, o PBF “possibilitou uma melhor nutrição” e isto refletiu na aprendizagem do estudante, pois como os estudos apontam e os professores ressaltam nas suas respostas, “aprender com fome não ocorre” (E17). Diante das observações dos professores, estes veem claramente que os estudantes da escola pública, muitas das vezes, permanece na escola e por consequência, aprendendo, devido a existência do PBF e das contrapartidas existentes, como a frequência escolar, pois do contrário, certamente o estudante não estaria dentro da escola e



sim realizando algum tipo de atividade remunerada, já que o PBF é voltado para famílias de baixa renda e como apontado pelo E19 “Este programa tem como objetivo auxiliar na renda familiar para prover alimentação de crianças e jovens de famílias pobres e extremamente pobres”.

O direito a alimentação passou a ser um direito constitucional em 4 de fevereiro de 2010, a partir da Emenda Constitucional nº 64<sup>16</sup>, sendo o PBF um programa social garantidor de diferentes direitos sociais. Estudos demonstram que “há evidências de que os auxílios transferidos são usados prioritariamente para a aquisição de alimentos, nem sempre adequados” (CARMO; ALMEIDA; OLIVEIRA e SANTOS, 2016, p. 382), entretanto, as famílias utilizam majoritariamente os valores do PBF para alimentação.

O aumento da renda, proporcionado pelo programa, tem gerado maior acesso à alimentação para as famílias beneficiárias. Porém, essa transferência monetária não garante que a alimentação seja adequada em termos de qualidade. Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que avaliou as modificações no consumo alimentar de famílias brasileiras beneficiárias do Programa Bolsa Família, observou-se aumento no consumo de alimentos em quantidade e variedade a partir do recebimento do benefício. Entretanto, prevaleceu a opção de compra por alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutritivo. Dentre os alimentos mais citados, estavam os industrializados, ricos em energia, açúcar, gordura saturada e sódio (ALMEIDA; SPERANDIO e PRIORE, 2014, p.300).

Quando os estudantes estão alimentados, abre-se um caminho de possibilidades para aprendizagem, pois a alimentação adequada é uma das necessidades para aprendizagem, sendo evidente a relação do PBF com o desenvolvimento da aprendizagem.

#### **4.4 TEMA GERADOR DO PBF: “APRENDIZAGENS E O PROGRAMA”**

A universalização da educação no Brasil acompanha as conquistas das últimas décadas, entretanto dois elementos acompanham esse processo: a

---

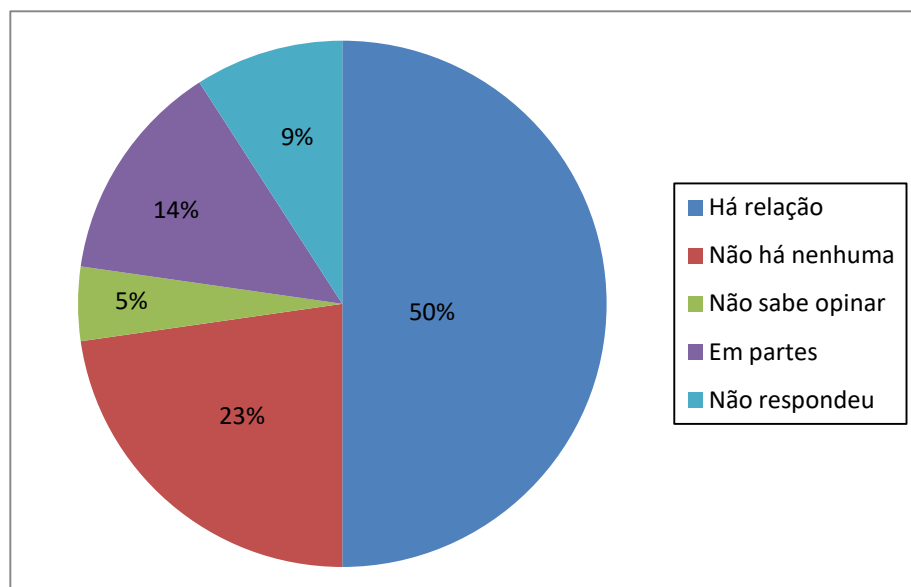
<sup>16</sup>Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2010, grifo nosso). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm). Acesso em: 03 jan. 2023.

qualidade e a quantidade. Ao longo da pesquisa foi apontado um crescimento no número de matrículas, de frequência e permanência na escola, entretanto, quando nos debruçamos sobre a qualidade educacional, muitos são os desafios, já que perpassa a formação de educadores, a oferta de escolas, entre outros elementos.

O movimento histórico permite observar que a qualidade da educação posta em prática possibilita a compreensão das relações sociais que extrapolam o âmbito puramente escolar, vinculando-se à realidade concreta. Dessa forma, o debate sobre qualidade da educação no Brasil ganhou maior espaço na agenda pública do país, principalmente depois da reabertura política em meados dos anos 80 do século 20 (FLACH, 2012, p. 6).

Essa preocupação com uma qualidade educacional tomou forma juntamente com as transformações neoliberais e no momento em que se desenhou a necessidade de políticas públicas. Duas décadas se passaram e poucas transformações são percebidas pelos professores. Se atentarmos para os reflexos do PBF é possível relacioná-lo com a aprendizagem dos beneficiários, entretanto, nem todos os professores conseguem perceber uma relação entre o benefício social e a aprendizagem.

**Gráfico 6 – O PBF e a Aprendizagem**



Fonte: Entrevistas, 2022.

Paulo Freire ao refletir sobre ensinar, apontou que é preciso “criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2021, p. 24), ao refletirmos sobre as questões dos estudantes da escola pública, mais

especificamente, evidenciamos que muitas são as possibilidades que o professor precisa criar para a efetivação de um processo de ensino-aprendizagem.

Para que se efetive a educação, Freire defende uma educação libertária, onde a aprendizagem tenha função de emancipar, de intervir no mundo, uma educação que possibilite concretizar direitos humanos e romper com a lógica excludente e exploratória das minorias. Uma educação libertária é

à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta.

[...] É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereçar-se” até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando de *politicidade* da educação (FREIRE, 2021, grifos do autor, p. 106-107).

Somente será capaz de intervir no mundo, aquele que tem consciência da sua ação e significância perante este. E para que isto ocorra, é preciso acesso e permanência à Educação. “Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 2021, p. 110).

Compreendo a educação como um instrumento de transformação social, é através desta que os sujeitos se emancipam e que podem transformar as realidades as quais estão inseridos. Parafraseando Freire, com a certeza de que a história é uma possibilidade e não uma determinação.

Assim sendo, ganha força a concepção de qualidade social da educação:

Gestada no interior dos movimentos populares, a nova concepção acerca da qualidade em educação – a qualidade social – forma-se e direciona inúmeras discussões a respeito do tema, em contraposição à qualidade total de cunho empresarial. Essa discussão ganha importância no âmbito da escola pública, indicando novos caminhos para o entendimento sobre a organização pedagógica e política da educação.

A qualidade social em educação evidenciou-se mais fortemente como objetivo central no Projeto Político dos governos de esquerda, demonstrando preocupação com a introdução de uma educação de qualidade social para todos. Nessa concepção alguns eixos demonstram-se como estruturantes: educação de qualidade social como direito de cidadania, gestão democrática com participação popular, valorização dos trabalhadores da educação, financiamento em regime de colaboração e integração entre as políticas e outros entes jurídicos e sociais (FLACH, 2012, p.8-9).

Qualidade social da educação aponta para emancipação das camadas sociais mais pobres e até então excluídas socialmente. Adentrar a escola, permanecer

nesta é um direito de todos os brasileiros, entretanto, é sabido a diferença entre teoria e prática. A exclusão dos mais pobres sempre existiu e segue sendo um triste retrato do Brasil e a forma de mudar este quadro é com educação pública de qualidade desde a Educação Básica. Abaixo apresentamos um recorte das falas dos entrevistados que se vinculam ao tema gerador: aprendizagens.

#### Quadro 5 – Contribuições do PBF para uma Qualidade Social da Educação

E1	Não, pois é um valor baixo que não representa uma contribuição muito significativa.
E2	De forma alguma, a Bolsa Família, contribui para subjugar uma parcela da população, e nunca para educar e nem para desenvolver a consciência social.
E3	Deve haver sim, pois o programa traz recursos para as famílias necessitadas. Não saberia apontá-las.
E4	NÃO RESPONDEU
E5	Acho importante a contribuição, mesmo sendo pequena, nos aspectos alimentares e de higiene de cada criança/adolescentes.
E6	Enxergo sim, principalmente no incentivo a frequência escolar, além da ajuda na redução das desigualdades sociais como um todo.
E7	Ainda podemos dizer que são poucas as contribuições, pois os valores destinados às famílias é muito pouco; o custo de vida é muito caro. Saliento: frequência à escola, alimentação e saúde, como aspectos que a população passa a usufruir. Na realidade, são direitos.
E8	O Bolsa Família para uma qualidade social, deveria ser melhor remunerada: Deveria ser um auxílio no aspecto de auxílio para o aluno e não para o chefe de família comprar alimento, deveria ser melhor distribuído. Bolsa Família – Aluno. Cesta Básica – Família.
E9	Sim, a criança permanece na escola e tem melhores condições para a aprendizagem.
E10	Uma qualidade social na educação vai muito além do bolsa família.
E11	Na teoria, sim, porém, na minha visão, o programa não cumpre papel determinante para a qualidade social da educação.
E12	Sim. Porque através do Bolsa Família muitas crianças e adolescentes das periferias e áreas rurais, por exemplo, se encontram no mesmo espaço escolar e essa diversidade de culturas e saberes certamente qualificaria a questão social da educação.
E13	O simples fato de o aluno possa a frequentar a escola, deu-se a possibilidade de qualidade social. Portanto é necessário potencializar com proposta pedagógica voltada para a realidade do grupo social dependente.
E14	NÃO RESPONDEU

E15	O Bolsa Família contribuiu para um número maior de estudantes ficarem na escola. O programa é atrelado a frequência na escola e dessa forma o número de crianças na rede de ensino é maior mesmo tendo crianças nas ruas, em pontos de vendas de produtos.
E16	NÃO RESPONDEU
E17	Bolsa Família tenta igualitar os alunos para aprendizagem. Mas meritocracia não permite com esse sistema.
E18	NÃO RESPONDEU
E19	Sim. Com o aumento da frequência escolar relacionada ao acesso da educação, há possibilidade de melhora na condição de vida futura dos jovens de baixa renda.
E20	Não enxergo contribuições, acredito que o bolsa família deveria ser reformulado criando estratégias para desenvolver uma educação, aprendizagem mais abrangente para esses alunos, pois só a presença não basta para uma aprendizagem significativa, acredito que esses alunos possuem uma carência de alimentação itens básicos, como também na educação muitas vezes a família não tem como dar suporte na aprendizagem da criança, só o bolsa não é suficiente para suprir as necessidades, muitas vezes os alunos tem que escolher entre estudar e trabalhar muitos desistem dos estudos para ajudar a família.
E21	Sim. O programa possibilita uma qualidade de vida e acesso à educação de todas as classes. Contribui com recursos que permitem que as famílias tenham condições de inserir e manter seus filhos na escola, dessa forma a educação fica acessível a todos.

Fonte: Entrevistas, 2022.

O PBF não tem explicitamente como função uma qualidade social da educação, entretanto, se olharmos para os elementos que compõe o exercício do direito de cidadania, como defendido por Carlos Cury (2007), que apresenta três dimensões específicas: 1) acesso à educação; 2) permanência no sistema educativo e 3) qualidade do aprendizado; veremos então a contribuição do PBF para uma qualidade social da educação, principalmente em relação aos dois primeiros itens, sendo necessário planejar políticas voltadas para o sucesso no resultado do aprendizado.

A qualidade do ensino envolve, certamente, a incorporação de conhecimentos que se tornaram patrimônio comum da humanidade. Expressa nos conhecimentos básicos, via de regra transmitidos em poucas disciplinas consensuais e protegidos pelo princípio da obrigatoriedade, é uma herança de que as novas gerações não podem se ver privadas, sob pena de a educação escolar, ao invés de ser um instrumento de igualdade social e de *igualdade de condições para acesso e permanência na escola*,

tornar-se fonte de novos e odiosos privilégios (CURY, 2007, p. 487, grifo do autor).

É notório que para os professores da escola pública, conforme as respostas acima, o PBF contribui para uma qualidade social da educação. Estes apontam a questão da frequência e permanência na escola como pontos de contribuição para esta qualidade, assim como acentuam a redução das desigualdades, democratização da aprendizagem e o acesso à educação.

Ainda se evidencia que existem divergências sobre essa contribuição, o que nos remete para as ideologias existentes dentro da escola. O professor é sujeito de um tempo, de uma cultura e ele carrega consigo suas percepções e lê o mundo a partir destas. Nem todos os professores percebem a escola pública como espaço político e de resistência aos interesses “burgueses, onde a lógica da acumulação capitalista se estabelece com grande impulso gerencial” (FLACH, 2012, p. 11).

Ao propor uma qualidade social da educação, se está possibilitando uma educação que permita ao cidadão compreender seus direitos e lutar pela efetivação destes, com garantias de qualidade. É romper com a que Freire denominou de educação bancária, que não permite o desenvolvimento da consciência crítica, de modo que os educandos não tendem a se tornarem sujeitos transformadores. “Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos” (FREIRE, 2020, p. 83). A educação bancária limita ou até mesmo anula o poder criador dos educandos, “estimulando a sua ingenuidade e não a sua criatividade, satisfaz aos interesses dos opressores” (FREIRE, 2020, p. 83).

Os opressores desejam a preservação do *status quo*, o que faz com que reajam quando ocorra qualquer tentativa de uma educação que estimule o pensar autêntico. O desejo é de que os oprimidos se enquadrem na estrutura para eles pensada, não sendo interessante a proposição de uma qualidade social da educação, pois como apontado, esta possibilita o sujeito iniciar uma luta por sua libertação e agir de modo a “transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 2021, p. 67).

## 5 CONCLUSÃO

O PBF é uma política pública multisetorial com a finalidade de reduzir a miséria social existente no Brasil. Desde sua remodelação a partir de outros programas sociais, passou a ser aliado importante para a redução da desigualdade social e garantir acesso a determinados serviços, como alimentação, saúde, educação e assistência social. A iniciativa de um programa social acompanhou a agenda política dos governos com princípios sociais democráticos e de cunho popular conforme descrito no capítulo 3 deste texto.

Para ser beneficiário deste, algumas contrapartidas deveriam ser realizadas e vai ser a partir destas que transformações sociais importantes ocorrem, como no campo da Educação, já que para as famílias com crianças e adolescentes em idade escolar serem contempladas e seguirem usufruindo do PBF, a matrícula e a frequência escolar foram critérios obrigatórios, o que garantiu acesso à educação básica e automaticamente a diminuição da evasão escolar e distorção da idade-série.

Ao buscar estudos que demonstrassem a importância do PBF na Educação, foi possível constatar a influência do programa para elevação de indicadores educacionais: acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes da Educação Básica nos últimos anos. Entretanto, a ausência de estudos sobre a percepção dos professores da escola pública sobre a importância e atuação do PBF, levou a necessidade do desenvolvimento desta pesquisa.

A partir dos interlocutores empíricos, destacamos nesta pesquisa que estes têm diferentes percepções quanto a importância do programa, assim como a relação deste com a aprendizagem e as contribuições do PBF para a qualidade educacional.

Os professores, interlocutores desta pesquisa, ao buscarem responder as questões para entrevista, refletiram sobre o contexto educacional que vivenciam e experienciam cotidianamente. Inclusive, houve professores que relataram desconhecer o PBF ou ainda, nunca terem refletido sobre este. A partir da análise utilizando temas geradores foi possível verificar contradições, assim como preconceitos, mas também uma visão de mundo e o desejo de uma sociedade mais justa. Paulo Freire nos aponta que:

Essa investigação implica, necessariamente, uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione ao mesmo tempo a apreensão dos 'temas geradores' e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 2020, p. 121).

Ao todo foram analisadas 21 entrevistas, sendo todos os professores com formação concluída e a maioria destes, com longo período de atuação na rede pública estadual, levando à possibilidade de conhecimento da realidade da comunidade escolar a qual estão inseridos.

Os temas geradores foram elaborados a partir das respostas mais frequentes, sendo perceptível as divergências de pensamento e que foram mantidas no nosso texto, mantendo a coerência com o princípio de "temas geradores". Diferentes pesquisas ao se debruçar sobre o PBF enquanto política pública aponta a relevância deste na escola, defendendo que o PBF foi um aliado importante para a efetivação de diferentes Direitos Constitucionais, o que foi evidenciado por alguns dos entrevistados.

A maioria dos professores da Escola Pública percebe a atuação do PBF para a manutenção e frequência dos estudantes na escola, assim como aliado em despesas cotidianas (materiais escolares) e inclusive como agente garantidor da dignidade humana. Ainda conseguem visualizar a relação do programa social com a aprendizagem, já que para que essa se efetive, o princípio é o estudante estar na escola.

Foi possível identificar pela pesquisa que ainda existem, mesmo ele sendo amplamente divulgado, pessoas, pessoas que desconhecem o PBF e os reflexos sociais destes e que por vezes apresentam discursos que definem o programa como paternalista ou ainda como uma forma de alienar os que dele usufruem, pois ignoram a ação que envolve essa política pública. Estes discursos, por vezes, também adentram a escola pública, já que alguns dos entrevistados defenderam essa posição, o que causou certa estranheza, já que se espera que o professor tenha apreensão da realidade, como sugeriu Paulo Freire, para assim possibilitar uma educação libertadora e emancipadora.

Freire explicitou a necessidade do educador "ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares [...] fazem do seu contexto imediato" (FREIRE, 2021, p. 78-79), principalmente ao falarmos de escolas públicas, espaço



ocupado majoritariamente por populares, ou seja, pelos pobres e excluídos socialmente.

O PBF certamente necessita de ajustes, até mesmo porque as sociedades são dinâmicas e uma série de transformações ocorreu, entretanto, não é possível negar o quanto este contribui para a manutenção das crianças e adolescentes na escola, assim como a garantia de acompanhamento social que este oportuniza. Ao refletir sobre o PBF e a qualidade social da educação, pode-se afirmar que este contribuiu, já que ele convoca as famílias a estar na escola, a levar seus filhos diariamente e até mesmo participar das decisões que fazem parte do espaço escolar.

Tematizar o PBF na escola é de extrema importância, pois a partir das reflexões o professor se apropria da realidade do estudante, o que contribui para a prática docente e conseqüentemente para o processo de aprendizagem escolar. Para se conseguir uma ação pedagógica que tenha em seu ideário a compreensão do contexto social, econômico, cultural, religioso... se faz necessário conhecer os estudantes e seu contexto, pois isso possibilita ler o mundo a partir da percepção deles e contribuir para a ação deste na sociedade, pois como Freire nos ensinou, “*se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante*” (FREIRE, grifos do autor, 2021, p. 110).

## REFERÊNCIAS

ABRÁS, Ingrid Brenda; SÁ, Michele Aparecida de. Programa Bolsa Família: educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar. **Revista Formação Docente**. v. 8, n. 2, p. 62-78, 2016. DOI: 10.15601/2237-0587/fd.v8n2p62-78. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas-izabela/index.php/fdc/article/viewFile/1177/837>. Acesso em: 13 fev. 2022.

AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Bolsa-Escola: Educação para enfrentar a pobreza**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2002.

ALMEIDA, Isabela de Souza; SPERANDIO, Naiara e PRIORE, Silvia Eloiza. Qualidade da dieta de pré-escolares beneficiados pelo Programa Bolsa Família, segundo a situação de Segurança Alimentar do domicílio. **Revista Nutrire**, v. 39, n. 3, p. 297-305, 2014. Disponível em: <http://sban.org.br/publicacoes/435.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ANDREOLA, Balduino Antônio. O Processo do Conhecimento em Paulo Freire. **Educação e Realidade**. Vol.18, nº1, p. 32-45, jan-jun 1993. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232001>. Acesso em: 23 out. 2022.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Escritos sobre políticas públicas em educação**. São Paulo: FEUSP, 2020.

BARTZ, Rogerio. **Programa Bolsa Família: Reflexos no ensino fundamental do município de Pinheiro Machado - RS**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131538>. Acesso em: 02 out. 2022.

BELLONI, Isaura. **Educação**. In: BITTAR, Jorge. (Org.). Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

BISCHOFF, Leila Maria. **Avaliação do programa Bolsa Família no município de Taquara – RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Leila%20Bischoff.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm). Acesso em: 05 dez. 2022.

BORDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

CAMINI, Guilherme. **Programa Bolsa Família e seus impactos na Educação.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234590>. Acesso em: 15 set. 2022.

CARMO, Ariene Silva do; ALMEIDA, Lorena Magalhães de; OLIVEIRA, Daniela Rodrigues de e SANTOS, Luana Caroline dos. Influência do Programa Bolsa Família no estado nutricional e frequência alimentar de escolares. **Jornal de Pediatria**, v. 92, n. 4, p. 381-387, 2016. Disponível em: <https://www.jped.com.br/pt-influence-bolsa-familia-program-on-articulo-S225553616300489>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CAVALCANTI, Leonardo Almeida. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1104/1/Texto%20completo%20Leonardo%20Cavalcanti%202009.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 23, n. 3, p. 483-495, set-dez 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19144>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Brasil: UNESCO, 2010.

FLACH, Simone de Fátima. Contribuições Para o Debate Sobre a Qualidade Social da Educação na Realidade Brasileira. **Contexto & Educação**. V. 87, ano 27, p. 4-25, jan-jun 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/191/307>. Acesso em: 04 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 67ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 75ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

\_\_\_\_\_. **Política e educação: ensaios.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Cad. Cedes**. Vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set-dez 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GERHARDT, Tatiana E. e SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**. V. 23, p. 1-23, 2018. DOI:10.1590/S1413-24782018230037. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sR8XhBkGsL6vTMNsWVB4tTg/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2022.

LISANDRA, Paraguassu. Um em cada quatro brasileiros está no PBF. **Estadão de São Paulo**; política: Brasília. Disponível em: <http://www.politica.estadao.com.br/noticias/geral,um-em-cada-quatrobrasileiros-esta-no-bolsa-familia,38787>. Acesso em: 08 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Dirigentes do MDS participam de seminário em Fortaleza (CE) sobre desigualdades sociais**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/planilhas\\_para\\_download/2021/nota\\_informativa\\_ideb\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf). Acesso em: 14 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **IDEB - Áreas de atuação**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **INEP – Estatísticas sobre Analfabetismo no Brasil**. Audiência Pública - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/03/17/estatisticas-sobre-o-analfabetismo-no-brasil>. Acesso em: 15 mai. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estudo revela que Brasil eleva escolaridade e qualidade do ensino na educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/indicadores-educacionais>. Acesso em: 14 nov. 2022.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Luciana Francisca de. **Pobreza, trabalho infantojuvenil e escolarização: concepções e práticas a partir do programa Bolsa Família**. 2014.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117780>. Acesso em: 15 set. 2022.

PASSOS, Luiz Augusto. **Tema Gerador**. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Danilo; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. 2ª ed., rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

RIBEIRO, Gisele Naiara Matos; SILVA, João Batista Lopes da. A alimentação no processo de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso, v.4, n.2, p. 77-85, ago./ dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/9408>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da. **Políticas públicas: introdução** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SANTOS, Cinthya Cristiane G. dos. **Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do programa bolsa família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12832>. Acesso em: 13 fev. 2022.

SILVA, Cláudio Cardoso da. **Programas de transferência de renda: Bolsa Família (2004-2011)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/38421>. Acesso em: 19 set. 2022.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**. Vol. 29, nº 78, p. 216-226, mai-ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/?lang=pt>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Como utilizar as palavras alheias**. Porto Alegre: PPGEDU, 2002. 5 f. (Texto digitado). Disponível em: <https://moodle.ufrgs.br/course/view.php?id=95104>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, Pedro H. G. F. de; OSÓRIO, Rafael G.; PAIVA, Luis H.; SOARES, Sergei. **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

**ANEXOS****Questionário TCC: A importância de tematizar o Bolsa Família na Escola**

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Quanto tempo atua na rede pública estadual? \_\_\_\_\_
- 3) Tipo de regime de emprego: ( ) Nomeado ( ) Contratado
- 4) Grau de Instrução: ( ) Curso Normal ( ) Superior ( ) Especialização ( )  
Mestrado ( ) Doutorado
- 5) Formação: \_\_\_\_\_
- 6) O que você pensa sobre o programa Bolsa Família? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7) Em que aspectos o Programa Bolsa Família é importante para os alunos estarem na escola? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8) Na sua opinião Como deveria ser o Bolsa Família para atender nossas demandas educacionais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 9) Você observa relação entre o Bolsa Família e a Aprendizagem? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---



---

10) Você enxerga contribuições do Bolsa Família para uma qualidade social da educação? Em que aspectos? \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---

Obrigada pela colaboração!

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **PARTICIPANTE**

#### **PESQUISA:** A IMPORTÂNCIA DE TEMATIZAR O BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA

Estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a Importância de tematizar o Bolsa Família na escola no município de Viamão, na Escola Estadual de Ensino Médio (SUPRIMIDO PARA MANTER O ANONIMATO) realizada pela graduanda Amanda Siqueira da Silva, que pode ser contatada pelo telefone (51) 998425187, residente na Av. São Tomé, nº 1129, São Tomé, Viamão/RS e e-mail [sigamanda@yahoo.com.br](mailto:sigamanda@yahoo.com.br), tendo como orientadora do trabalho a professora Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia (professora orientadora da UFRGS), que pode ser contatada pelo telefone (51) 995584073, e-mail: [elisete.bernardi@ufrgs.br](mailto:elisete.bernardi@ufrgs.br).

Você é convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

**NATUREZA DA PESQUISA:** Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar a percepção que os professores têm acerca do Programa Social Bolsa Família na Escola Estadual de Ensino Médio (SUPRIMIDO PARA MANTER O ANONIMATO).

**PARTICIPANTES:** Participarão desta pesquisa, gestores e professores que atualmente exercem suas funções junto à escola, em regime integral ou parcial.

**ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo você deverá responder um questionário e será entrevistado pela aluna pesquisadora, por não mais de 20 minutos. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou desistir em qualquer momento que decida. Sempre que quiser mais informações sobre este estudo, pode

entrar em contato com o (a) Profª Elisete pelo fone: (51) 95584037 ou, com a aluna pesquisadora Amanda, pelo fone (51) 98504-6766.

**SOBRE O QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA:** Serão solicitadas algumas informações básicas/perguntas sobre sua formação, tempo de exercício docente, composição das turmas, percepções e conhecimento sobre o Programa Social Bolsa Família.

**RISCOS:** Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos sobre a divulgação dos dados serão resolvidos com cuidado e respeito, de acordo com a manifestação do respondente.

**CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações coletadas nesta investigação são confidenciais, sem que haja identificação de particularidades dos entrevistados. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

**BENEFÍCIOS:** Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo contribua para os estudos da era.

**PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Eu, obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa para a participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Amanda Siqueira da Silva (Pesquisadora)



## DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que concordamos e autorizamos o desenvolvimento da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada (provisoriamente) “A importância de tematizar o Bolsa Família na Escola” de autoria da pesquisadora **Amanda Siqueira da Silva**, que pode ser contatada pelo telefone (51) 998425187, residente na rua Av São Tomé, nº 1129, São Tomé, Viamão/RS e e-mail [siqamanda@yahoo.com.br](mailto:siqamanda@yahoo.com.br), tendo como orientadora do trabalho a professora **Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia** (professora orientadora da UFRGS), que pode ser contatada pelo telefone (51) 995584073, e-mail: [elisete.bernardi@ufrgs.br](mailto:elisete.bernardi@ufrgs.br). A pesquisa será desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio (SUPRIMIDO PARA MANTER O ANONIMATO), localizada na ..., s/n, bairro Capão da Porteira, Viamão - RS. Informamos que conhecemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos participantes da pesquisa de nossa Instituição.

Cumpriremos o que determina as resoluções vigentes, Resolução CNS 466/2012 e a Resolução 510/2016, e contribuiremos com a pesquisa mencionada, fornecendo informações sempre que necessário.

Estamos cientes de que a instituição, **Escola Estadual de Ensino Médio (SUPRIMIDO PARA MANTER O ANONIMATO)**, poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento e neste caso, informaremos a pesquisadora acima mencionada. Além disso, concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, garantindo o sigilo e a privacidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

Colocamo-nos à disposição para sanar quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Local e Data: \_\_\_\_\_

---

Escola Estadual de Ensino Médio (SUPRIMIDO PARA MANTER O ANONIMATO) –  
Viamão/RS (Nome por extenso e Assinatura).

NOME INSTITUIÇÃO E/OU CARIMBO – Obs.: no carimbo deve constar o CNPJ da instituição e caso contrário, pedir a inclusão do número de CPF ao lado da assinatura.